

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Amanda Cristina Silva Machado**

**O SILÊNCIO, AGORA, É A CONIVÊNCIA – UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
ESCRITA DE MARIA LACERDA DE MOURA SOB UM CONTEXTO POLÍTICO  
AUTORITÁRIO**

Juiz de Fora  
2023

**Amanda Cristina Silva Machado**

**O SILÊNCIO, AGORA, É A CONVÊNCIA – UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
ESCRITA DE MARIA LACERDA DE MOURA SOB UM CONTEXTO POLÍTICO  
AUTORITÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de do título de mestra em Educação. Área de Concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Zélia Maia de Souza

Juiz de Fora  
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva Machado, Amanda Cristina.

O silêncio, agora, é a convivência : uma análise da produção escrita de Maria Lacerda de Moura sob um contexto político autoritário. / Amanda Cristina Silva Machado. -- 2023.

100 f.

Orientadora: Maria Zélia Maia de Souza

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Educação. 2. Maria Lacerda de Moura. 3. Laicidade. 4. Antifascismo. 5. Feminismo. I. Maia de Souza, Maria Zélia, orient. II. Título.

**Amanda Cristina Silva Machado**

**O Silêncio, agora, é a conivência** – uma análise da produção escrita de Maria Lacerda de Moura sob um contexto político autoritário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 19 de outubro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Dra. Maria Zélia Maia de Souza - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Juliana Maddalena Trifilio Dias

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler

Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 09/01/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zelia Maia de Souza, Professor(a)**, em 22/01/2024, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Frota Martinez de Schueler, Usuário Externo**, em 23/01/2024, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Maddalena Trifilio Dias, Professor(a)**, em 23/01/2024, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1656130** e o código CRC **09065E75**.



## AGRADECIMENTOS

Antes e depois de tudo, agradeço aos meus pais Maria do Carmo Machado e Raimundo Rezende Machado. À minha mãe, que dividiu comigo a mesma janela para o mundo; ao meu pai, que embora estivesse reservado à outra, sempre me perguntou o que eu via da minha; e às suas respectivas mães Cândida Dias da Silva e Joaquina Machado Rezende, cujas janelas permanecem misteriosas.

À Carla, minha irmã e amiga, cujos cotovelos eu sinto esbarrarem nos meus. Ao meu irmão, Rodrigo, pelas memórias, pela sensibilidade, pela janela em comum que ainda não temos, mas continuamos falando sobre as nossas particulares, pela Julia e pela Luiza e à Renata, Márcia e Ângela por educarem e ampararem as sobrinhas que eu amo.

Às minhas amigas de tantos lugares e tempos, pela sororidade, pelo amor genuíno, pelas risadas e estímulos: Kellen e dona Shirley, Bel e dona Marluce, Rafa e dona Ana Maria, Mariana, dona Vera e Amandinha.

Ao Gleydson, que me incentivou a ir em frente com o projeto de mestrado, quando mal nos conhecíamos e cuja leitura rigorosa me desafiou a ser melhor, quando já nos conhecíamos, e à dona Ivone.

Às professoras do PPGE, Angélica Cosenza, Daniela Auad, Ilka Schapper, Núbia Schaper, Rafaela Reis e Tânia Magalhães. Às professoras Alessandra Schueler e Juliana Maddalena pelas contribuições no processo da qualificação desse trabalho.

Agradeço pela oportunidade, acolhida, inspiração e sensibilidade da minha orientadora, Maria Zélia Maia de Souza, que me permitiu ecoar no meu tempo, que assim como a filósofa Maria Zambrano, entendeu que somos seres musicais e que não há traição maior do que impor o nosso ritmo aos outros. Levarei para sempre comigo a sua música também. Agradeço à dona Terezinha que traçou os primeiros caminhos da Zélia educadora. Ao grupo de pesquisa em História da Educação pelas partilhas de descobertas, angústias, leituras e alegrias.

À Escola Estadual Delfim Moreira, aos seus estudantes e funcionários, que fizeram parte da minha vida em um momento muito valioso e que me permitiram também dedicação à pesquisa.

A todas as mulheres cujo trabalho de cuidado ainda é invisibilizado, sem vocês nenhum mundo seria possível.

À Maria Lacerda de Moura, que não pode ser silenciada em nenhum tempo e cujos escritos me fizeram ainda mais forte.

## RESUMO

A presente pesquisa busca resgatar e analisar trechos da obra escrita da educadora e militante mineira Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945). A obra de Maria Lacerda de Moura é extensa, com referencial amplo e diversificado, não está ligada apenas a uma corrente conceitual, mas também se apresenta como um pensamento multifacetado. Em seus escritos — publicados em livros, artigos em jornal ou como panfletos — a autora aborda pautas que, ainda hoje, soam muito progressistas, especialmente para determinados grupos. Assim, definimos a educação, nos escritos de Maria Lacerda de Moura, pelo recorte de três grandes temas: o antifascismo, a laicidade e o feminismo.

Além do resgate de uma importante parcela da obra da autora, compreendemos que o cenário político atual reacende a necessidade da retomada da história do pensamento e da ação transgressores na história da educação, como elemento de reflexão e propulsão de resistências.

**Palavras-chave:** Maria Lacerda de Moura. Educação. Antifascismo. Laicidade. Feminismo.



## **ABSTRACT**

This research seeks to rescue and analyze excerpts from the written work of the educator and activist from Minas Gerais Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945). Maria Lacerda de Moura's work is extensive, with a broad and diverse reference, it is not only linked to a conceptual current, on the contrary, it presents itself as a multifaceted thought. In her writings — whether in her published books, newspaper articles and pamphlets — the author addresses topics whose agendas, even today, sound very progressive, especially for certain groups. We will define how education appears in the context of three major themes, in the writings of Maria Lacerda de Moura, they are: anti-fascism, secularism and feminism. In addition to recovering an important portion of the author's work, we understand that the current political scenario rekindles the need to revisit the history of transgressive thought and action in the history of education, as an element of reflection and a driver of resistance.

Keywords: Maria Lacerda de Moura. Education. Antifascism. Secularism. Feminism.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1 — Palavras-Chave: Maria Lacerda de Moura, Educação.....	17
Quadro 2 — Palavras-Chave: Maria Lacerda de Moura, Educação.....	17
Quadro 3 — Palavra- Chave: Maria Lacerda de Moura.....	17 e18

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FACED	Faculdade de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FHEMIG	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DEIPs	Departamentos Estaduais de imprensa e Propaganda

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	“A PENNA QUE PROVOCA TEMPESTADES...” — MARIA LACERDA DE MOURA: UMA INTELECTUAL ORGÂNICA OU ENGAJADA.....	20
3	“SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO PARA MULHER? RECUSO-ME! DENUNCIO” — FEMINISMO, LAICIDADE E ANTIFASCISMO.....	37
3.1	FEMINISMO.....	37
3.2	LAICIDADE.....	43
3.3	ANTIFASCISMO.....	48
4	“A MULHER É UMA DEGENERADA” — DISPUTAS DISCURSIVAS EM UM ESTADO AUTORITÁRIO.....	52
4.1	O GOVERNO PROVISÓRIO (1930 — 1934) E O SERVIÇO MILITAR PARA AS MULHERES? RECUSO-ME! DENUNCIO! (E OUTROS ESCRITOS).....	58
4.2	GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934 — 1937) E FASCISMO: FILHO DILETO DA IGREJA E DO CAPITAL.....	64
4.3	ESTADO NOVO (1937 —1945) O QUE TRIPÉ LACERDIANO ADVERTIU.....	71
5	“O SILÊNCIO, AGORA, É CONIVÊNCIA” — MARIA LACERDA DE MOURA: AUTORIA E INSUBMISSÃO NA ESCRITA.....	75
5. 1	O FEMINISMO ENTREGOU A CANETA: AUTORIA FEMININA (NISTA).....	78
6	CONCLUSÃO.....	85
	ANEXO.....	94

## 1 INTRODUÇÃO

*Conferir aos espaços de combate na história, identificações catalogadas correspondentes a um rol de soluções totalizadoras — saída fácil — pode até proporcionar certo alívio aos acomodados, temerosos e (in)tolerantes; no entanto, o equilíbrio dos medos permanece intocado. Combater a lógica modelar implica em um enfrentamento de práticas que incidem, não no que está oculto e deve ser revelado, mas no que está na cara, no óbvio cotidiano, nas palavras, nos gestos, e os gestos também são palavras, só que palavras espessas. [...] Do peso inevitável se extrai a leveza, que corrói o modelo e seu provedor recôndito e insidioso, o medo. Por isso, talvez, sejam tão poucos aqueles que falam, dizem e lidam com o que forja a coragem — sem heroicizá-la, torná-la metáfora ou monstruosidade exemplar —, sensíveis a seus efeitos e atravessados por práticas de costumes liberadores. Indomesticável atitude, que escapa às pacificações institucionais, cujo alvo de ataque preciso é a certeza conciliadora de itinerários acomodados no conforto da produção e reparação de intermináveis misérias. A vida não cabe em modelo algum. Medra, fina, intensa, rebenta e amplia! (Oliveira, 2006, p. 11).*

Em 2016, quando eu ainda era aluna da graduação em Pedagogia na FAGED/UFJF, mas já vislumbrava a perspectiva de cursar o mestrado no PPGE, uma frase do professor Anderson Ferrari, convidado da disciplina Gênero e Sexualidades, foi determinante para pensar a minha trajetória acadêmica porvir. Sobre a escolha do seu objeto de pesquisa, ele disse algo como “os temas nos escolhem, não somos nós que os escolhemos”. Desde então, fiquei, como a personagem de uma crônica do livro **A descoberta do mundo** da Clarice Lispector sugere, para que alcancemos o melhor das experiências humanas, distraída. Atenta até certo ponto, mas também distraída, esperando que um tema me encontrasse. Concluí a graduação em 2017 com um tema que não era escolha, mas encontro. A Razão Poética de Maria Zambrano foi a minha “metade do caminho” entre vir e eu ir até ela.

Em 2019, quando eu lecionava pela primeira vez, um tema começou a sinalizar a sua vinda. Professora estreante, com muita vontade de fazer o caminho da melhor maneira possível, eu elaborava, quase solitariamente, todo o meu material, os planos de aula, os conteúdos, as atividades em sala e as avaliações, mesmo tendo acesso a modelos de outras docentes da instituição. E nesse processo de autoria obstinada, fiz um aceno sutil, sem nem perceber, a uma prática que logo se tornaria recorrente em todos os meus dias como professora dos quintos anos. Adaptei uma inversão simples no cabeçalho das atividades em que a palavra aluno, era sempre precedida a um parêntesis com a desinência feminina; nas atividades que eu elaborava, o substantivo feminino é que

precedia a desinência masculina entre parêntesis. Em poucos meses de aula, eu já percebia algumas manifestações; como um mesmo aluno que sempre “corrigia” o meu aparente lapso — ou contraconduta — riscando a desinência masculina entre parêntesis e a reescrevendo em cima da feminina. Até que outro aluno, de uma turma diferente daquela, questionou a inversão, enquanto eu devolvia as atividades. “Professora, por que você não faz como as outras e coloca aluno e o ‘a’ entre parêntesis?”, eu respondi com outra pergunta, “O que você acha? Faz diferença dessa maneira?”, toda a turma olhava para nós, quando uma aluna, na penúltima carteira da primeira fileira, interveio, “A professora é feminista”.

Não estava preparada para aquela abordagem, eu estava verdadeiramente distraída, como estamos para quase tudo o que é importante. Não me esquivei, tampouco respondi instantaneamente, continuei estimulando novas questões; perguntei se a inversão da ordem incomodava os meninos e o porquê, perguntei se mudava algo, quando eu trocava os lugares de cada desinência e, no fim, falamos dos direitos femininos, historicamente recentes e conquistados por meio de lutas organizadas e da importância da linguagem para se estabelecer posições. A minha aceitação da proposição espontânea pelas e pelos estudantes não foi feita de maneira tranquila, afinal, algumas semanas antes dois responsáveis haviam procurado a professora coordenadora de uma dessas turmas para questionar/denunciar uma das minhas aulas de história, cuja temática, prevista no currículo da escola era “A história contada por outros sujeitos”. Os materiais utilizados em aula, o samba enredo da escola de samba carioca Mangueira “História para ninar gente grande”, que aludia a mulheres negras da história brasileira e a um perfil de cada uma delas, retirado do jornal **O Globo**, havia incomodado tais responsáveis. Marielle Franco era uma dessas personagens históricas. A coordenação da escola não se manifestou, um dos responsáveis relatou que havia se arrependido da reclamação e, por alguns dias, repensei se eu seria capaz de defender o meu direito de cátedra e, mais, de oferecer o que eu acredito que seja o melhor para as minhas alunas e alunos — o conhecimento científico por meio do pensamento crítico e questionador. Neste dia, eu soube que sim.

O segundo momento em que o meu tema me encontrou, e de maneira mais efetiva, foi ao final da especialização de Relações de Gênero e Sexualidades, também em 2019, na UFJF, quando eu escrevia um ensaio sobre o agenciamento de editoras feministas e os

seus impactos na literatura de autoria feminina no Brasil. Para o trabalho, pesquisei sobre os primeiros movimentos feministas no Brasil, aqueles registrados. Além do já conhecido nome de Bertha Lutz, encontrei referência a Maria Lacerda de Moura como uma das precursoras do movimento feminista no Brasil, uma educadora que cresceu no município de Barbacena — MG, cujo nome e obra eu desconhecia. Anotei o nome de Maria Lacerda no canto de uma agenda, da qual me lembrei quase um ano depois e, só então, busquei a sua produção escrita, neste momento, com algumas reedições recentes, inclusive comentadas, e entendi a necessidade de escrever o nome de Maria Lacerda de Moura livre de parêntesis. A educadora mineira surge secundarizada na história da educação brasileira, o seu nome segue ainda estritamente ligado ao feminismo, anarquismo e causas operárias; mas Maria Lacerda de Moura é uma educadora, que atravessada por todos esses temas produziu e também lutou pela educação, inspirada pela perspectiva libertária do espanhol Francisco Ferrer, sobre o qual publicou o livro **Ferrer, o Clero Romano e a educação laica** em 1934. Publicação que é uma apresentação da obra do pedagogo catalão e da sua trajetória pessoal como um militante que foi perseguido, preso e condenado à morte por fuzilamento, acusado de ser o idealizador de uma série de insurreições que tomaram a Catalunha em 1909. Os textos demonstram a admiração de Maria Lacerda de Moura por Ferrer, ressaltam a sua importância como um dos precursores da Escola Nova e, ainda, no texto final, Maria Lacerda reafirma sua própria voz ao tecer críticas aos admiradores das ideias libertárias que educam seus filhos em escolas religiosas, em busca de aceitação social ou conveniência. Nas palavras da autora: “E, se não temos confiança na educação, em se tratando da nossa família, é estranho que preguemos essa ou aquela educação para as famílias dos outros” (2021, p. 75).

Compreendo que abordar a produção escrita de Maria Lacerda de Moura, que denuncia a opressão do patriarcado, o belicismo ignóbil do fascismo e a influência de caráter repressor da igreja na educação escolar, principalmente, no cenário brasileiro em que vivenciamos nos últimos anos, especialmente sob o mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro, cujos retrocessos nas políticas sociais e na implementação de currículos escolares mais inclusivos — especialmente nas temáticas de gênero — no enfrentamento público de um governante eleito, de extrema direita, às instituições que asseguram a nossa democracia tão recente e frágil é ainda mais relevante.

É importante destacar que, durante a proposição do projeto para esta dissertação, fiz um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas brasileiras catalogadas, cujo objeto é Maria Lacerda de Moura e encontrei os seguintes resultados: na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) doze pesquisas, entre elas, três teses de doutorado e nove dissertações de mestrado. No catálogo de teses e dissertações da CAPES, o total de treze trabalhos (somente um que não apareceu na plataforma anterior, os demais se repetem nas duas), três teses e dez dissertações (levantamento apresentado nos quadros 1 a 3).

Em função do limitado número de pesquisas encontradas, não determinei um período temporal de publicações na busca realizada. Escolhi, porém, trazer um recorte de gênero, nas análises, pois a academia é tradicionalmente reconhecida como um espaço predominantemente masculino. Não só pelo grupo historicamente com mais condições de prosseguir no meio, mas também pelos autores citados mais frequentemente. Sobre essa prática recorrente Costa e Sardenberg, ressaltam:

Dessa maneira, constatou-se, no plano teórico-metodológico, a presença marcante de um viés androcêntrico e conseqüente “invisibilidade da mulher”, além da tendência generalizada e não raro sutil à naturalização das divisões e assimetrias de gênero. Denunciar esse viés e preencher os grandes vazios na literatura tornando as mulheres mais visíveis foi, portanto, um dos principais objetivos no desenvolvimento desse campo de reflexão, ao tempo em que a construção do conceito de gênero foi se procedendo a partir de tentativas de expurgar do pensamento científico as representações naturalizantes do senso comum (1999, p.387).

Escolhi apontar também a origem geográfica dos trabalhos, a área de conhecimento e a procedência das instituições, ou seja, se privadas ou públicas. Os quadros 1, 2 e 3, ilustram o percurso desenvolvido.

Quadro 1 - Palavras-Chave: Maria Lacerda de Moura, Educação.

<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>
0	0

Fonte: BDTD

Quadro 2- Palavras-Chave: Maria Lacerda de Moura, Educação.



<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>
0	0

Fonte: Catálogo CAPES.

Quadro 3 - Palavra- Chave: Maria Lacerda de Moura.

<b>Descritor</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>
Palavra-chave: Maria Lacerda de Moura	10	03
Disponíveis para leitura	10	03
Regiões: Nordeste	01	00
Norte	00	00
Sul	03	01
Sudeste	06	02
Instituições privadas	1	0
Instituições Públicas	9	3
Área de conhecimento Educação	2	1
Autoria feminina	10	2
Autoria Masculina	0	1
Orientadores	4	1
Orientadoras	7	1
Membros das bancas Mulheres	15	6
Membros das bancas Homens	12	2

Fonte: Catálogo CAPES<sup>1</sup>

Feita a revisão de literatura com a palavra-chave Maria Lacerda de Moura localizei seis trabalhos em Programa de Pós-Graduação em Educação.

<sup>1</sup> Para elaborar o quadro 3, escolhi apenas o banco de publicações da CAPES, pois abarca as mesmas pesquisas que o BDTD e mais uma, que não consta na anterior.

A tese **Maria Lacerda de Moura e o ‘estudo científico da criança patrícia’ em Minas Gerais (1908-1925)**, cuja autora é Paula Cristina David Guimarães, foi defendida em 2016, na Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa pesquisa, o projeto de estudo científico da criança formulado por Maria Lacerda de Moura ao longo da sua trajetória profissional como educadora na cidade de Barbacena, entre os anos de 1908 e 1925, foi investigado. Guimarães consultou fontes históricas diversas, como o requerimento enviado por Maria Lacerda de Moura à Secretaria do Interior de Minas Gerais, no ano de 1919, solicitando autorização para realizar experiências de psicologia experimental com as crianças das escolas de Barbacena (MG). Entre os resultados apontados, Paula Guimarães ressalta que a formação de Maria Lacerda de Moura influenciou diretamente seu projeto de estudo científico da criança. O trabalho também aponta que a recepção do projeto da educadora em Minas Gerais foi permeada por suspeitas que recaiam ora sobre a nascente psicologia experimental, ora sobre a condição de mulher de sua idealizadora.

A dissertação de Andressa Oliveira Liverio, apresentada em 2021, na Universidade de São Paulo, cujo título é **Maria Lacerda de Moura ensina a ensinar: um estudo sobre suas Lições de Pedagogia (década de 1920)**, usou como fonte a obra da educadora mineira **Lições de pedagogia** (1925). Segundo essa pesquisa, o livro é o manual pedagógico de autoria feminina mais antigo de que se tem notícia. A publicação, destinada aos alunos de escolas formadoras de professores, como as escolas normais e faculdades de filosofia, revela a preocupação de Maria Lacerda de Moura com uma educação que contemple aspectos físicos, sociais e intelectuais do sujeito.

Joice Oliveira Pacheco apresentou em 2010, na Universidade do Vale dos Sinos, a dissertação cujo título é **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea**. A pesquisadora traçou uma relação entre a emancipação feminina defendida por Maria Lacerda de Moura e a educação atual a partir dos textos da autora. A hipótese inicial do trabalho era de que a emancipação das mulheres, no pensamento lacerdiano, seria fundamentalmente por meio da educação, no entanto, a pesquisa descortina outras dimensões importantes como a dimensão econômica, a liberdade sexual e do corpo feminino e o saber com base na educação não-formal.

A tese **Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)**, defendida em 2019, pelo pesquisador Jodar de Castro Roberto, na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, analisou a produção do discurso de Maria Lacerda de Moura entre 1919 e 1924. A pesquisa abarcou a análise das obras **Renovação** (1919), **A mulher é uma degenerada** (1924) e as correspondências entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, outra expoente do feminismo no Brasil, e Fábio Luz, cuja temática preponderante das cartas era o anarquismo, grande interesse de Maria Lacerda.

A dissertação **A condição feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação (1919)** de Tatiana Ranzani Maurano foi apresentada em 2019 na Universidade Metodista de Piracicaba. A pesquisa de Tatiana buscou analisar a obra **Renovação (1919)** e trazer à superfície os argumentos da educadora sobre a condição feminina e a educação em seu tempo, assim como os possíveis desdobramentos para os desafios atuais. Destaca-se as ideias progressistas de Maria Lacerda de Moura, que em um contexto de luta pelo sufrágio feminino e de melhores condições de trabalho, conduzia suas discussões para aspectos mais enraizados e, na época, pouco abordados da sociedade patriarcal, como a livre escolha feminina por um parceiro, por ter ou não ter filhos e se instruir formalmente.

Maria Aparecida Lima Dias, apresentou sua dissertação, **O Espírito da Educação — Maria Lacerda de Moura (1918 —1935)**, em 1999, na Universidade de São Paulo, segundo a pesquisadora, o objetivo do trabalho foi o de ressaltar o elemento religioso na obra de Maria Lacerda, a fim de contestar a contradição que Miriam Moreira Leite, grande estudiosa e divulgadora da obra de Maria Lacerda, apontou em suas análises. Para Maria Aparecida, a produção escrita lacerdiana e a sua biografia evidenciam a possibilidade da constituição de práticas políticas advindas tanto dos referenciais materialistas quanto dos espiritualistas aos quais Maria Lacerda recorreu durante a sua trajetória.

A educadora libertária Maria Lacerda de Moura tem uma obra escrita vasta com debates cujas temáticas parecem nos ser ainda atuais e muito relevantes, no entanto, sob a perspectiva da educação, permanece pouco conhecida. Além de termos uma visão mais tangível sobre a amplitude de possibilidades de pensarmos a produção da educadora anarcofeminista, percebi que tais trabalhos surgiram muito recentemente (2016, 2019 e 2021), que há uma predominância feminina e sudestina entre os pesquisadores e que as instituições em que tais pesquisas se desenvolveram são, em sua maioria, públicas, apenas um desses trabalhos foi apresentado em uma instituição privada. O que também

pode ser uma oportunidade de pensarmos no perfil da pesquisa brasileira com relação a determinados temas. A prevalência de pesquisadoras mulheres que se dedicaram à obra de Maria Lacerda de Moura é uma indicação importante de que são as mulheres que ecoam as vozes de outras mulheres. Sobre essa especificidade, Hahner aponta:

Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. Na medida em que historiadores, em geral pertencentes ao sexo masculino, devotavam seus maiores esforços à investigação da transmissão e exercício do poder, a mulher continuava a ser basicamente ignorada (1981, p.14).

A partir do levantamento bibliográfico, ratifico a relevância de descortinar uma autora e a sua obra, cuja trajetória nunca se afastou da educação. Maria Lacerda de Moura, portanto, merece que os seus textos, alvo de perseguições, críticas e desconfianças em um tempo, sejam debatidos amplamente e analisados sob uma nova luz. O meu desafio é também um compromisso, o de contribuir para revelar a voz parresiasta<sup>2</sup> de Maria Lacerda de Moura.

A pesquisa se desenvolverá a partir das seguintes análises: no primeiro capítulo “*A penna que provoca tempestades*” — Maria Lacerda de Moura: uma intelectual orgânica; apresentarei a trajetória de Maria Lacerda de Moura, proporei a análise dos fatores que contribuíram para a formação desta intelectual, a partir do panorama político e histórico, especialmente no período entre 1919 e 1928, cuja produção de Maria Lacerda é bastante vigorosa e, portanto, rica em possibilidades de análises.

No segundo capítulo “Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio — Feminismo, Laicidade e Antifascismo”; apresentarei seu pensamento fundamentado no que denominei tripé Lacerdiano, uma vez que a obra escrita e a militância da autora estão profundamente ligadas a esses três temas. A análise dos três temas será realizada a partir do contexto da educação, uma vez que o tripé está em torno deste tema maior

---

<sup>2</sup> Em seu último curso, ministrado em 1984, posteriormente transformado na publicação **A coragem da verdade — o governo de si e dos outros**, Michel Foucault resgata o conceito filosófico grego: “A parresia é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (p.13)

No terceiro capítulo, “A mulher é uma degenerada” — Disputas discursivas em um Estado autoritário, farei um recorte para a leitura em um contexto histórico e político específico. Abordarei os três governos varguistas com o qual a autora manteve embates significativos. O foco no cenário escolhido estará na perspectiva sobre as políticas sociais, cultura e educação, na relação com os movimentos de extrema direita e na influência da religião na política brasileira varguista.

No quarto capítulo, “O silêncio, agora, é conivência” — Maria Lacerda de Moura: autoria e insubmissão na escrita, abordarei a escrita de autoria feminina como uma possibilidade de resistência ao patriarcado. Articularei a escrita feminina como propulsora dos movimentos feministas e a importância da diversidade de vozes para denúncia, representação e experiência artística.

Este trabalho historiográfico tem como objetivo contribuir para lançar novas luzes sobre o pensamento lacerdiano e, através delas, pensar em alternativas para a educação, que já foram, outras vezes, discutidas e sonhadas, mas ainda seguem utópicas.

As memórias produzem heróis, momentos heroicos e mitos, mas também efetuam apagamentos, esquecimentos e silenciamentos. Ao recorrer aos escritos de Maria Lacerda de Moura, sua trajetória e pensamento quero contribuir para que uma autora de artigos, livros e vida possa ser uma referência para os que aspiram a uma nova forma de existência. “A vida não cabe em modelo algum. Medra, fina, intensa, rebenta e amplia!”  
Maria Lacerda de Moura, presente!

## 2 “A penna que provoca tempestades...” — Maria Lacerda de Moura: uma intelectual orgânica ou engajada

Antes de trazer a produção escrita de Maria Lacerda de Moura e propor a sua leitura através da relação sócio-histórica, é importante traçar um perfil sobre quem foi e como a trajetória pessoal desta educadora influenciou seu pensamento, suas relações, engajamentos e obras. No título desse capítulo “A penna que provoca tempestades...”, reproduzi a manchete do jornal carioca **A Manhã** (Anexo I), publicado em 03 de novembro de 1928, ao apresentar aos seus leitores um perfil de Maria Lacerda de Moura, que começava a integrar a editoria do jornal e era conhecida à época por seus textos combativos ao fascismo e pela sua visão libertária ; o que a fazia ser uma personagem bastante polêmica. O título da matéria é o recorte de um trecho da entrevista ao jornal e é a própria entrevistada que contribui para a construção de uma chamada bastante ilustrativa. Vejamos o referido trecho:

Gratíssima pela atenção A MANHÃ. Aceito<sup>3</sup> o seu convite e, com prazer. Mas tenho um grande defeito, para o jornalismo. Não sei fazer artigos: preocupo-me em estudar questões. Dahí o me succeder, ir muito além dos limites dos artigos ligeiros para serem lidos nos trajectos de bonde. Faço, antes, capítulos para serem publicados em livros: — francamente, sirvo-me dos jornaes para me obrigar a escrever os meus trabalhos, os meus estudos, as questões de momento e que me interessa como assumptos sociaes. Mas, acabam de ver, que a minha colaboração pode desencadear **tempestades**<sup>4</sup>... Assumo sempre a responsabilidade do que digo, do que faço, mas também “O Combate”<sup>5</sup> foi envolvido na rajada, aliás, mui honrosamente para todos que lá trabalham (A MANHÃ, 1928, p.1, grifo nosso).

Na entrevista, Maria Lacerda de Moura ainda faz menção a um período de dois anos em que não produziu seus textos, por recomendação médica, quando ficou afastada das suas atividades profissionais e dos grandes centros urbanos. Em uma fazenda em Guararema (SP), Maria Lacerda reflete sobre a questão:

---

3 O trecho foi reproduzido com a ortografia original.

4 Grifo nosso.

5 O Combate foi um jornal anarquista e operário de São Paulo, criado em 1914, com o qual Maria Lacerda de Moura colaborava, publicando colunas semanais.

Proibida terminantemente de trabalhar por um ou dois anos, nunca vibrei, nunca pensei, nunca vivi como agora. E penso que é mais fácil equilibrar assim meu organismo que na estagnação. Foi, porém, para repousar que vim, há dois anos, ter a essa fazenda de amigos. E é no silêncio delicioso do campo, isolada fóra do ruído hostil das cidades, que eu posso viver e pensar e escrever. Acho mesmo que eu vou adquirir um sitiozinho e fugir dessa barbara civilização de machinas e de imperialismos a “manganello”<sup>6</sup> e óleo de rícino (1928, p.1).

Mas quem era essa mulher capaz de provocar tempestades com a sua escrita? Quem era essa personagem, que discordava da recomendação médica e decidia que o seu organismo não suportava a estagnação?

Maria Lacerda nasceu em Manhuaçu (MG), em 1887, mas mudou-se com a família aos seis anos de idade, para o município de Barbacena (MG), onde realizou seu primeiro percurso de formação profissional, militância e engajamento social. cursou a Escola Normal da cidade, lugar onde atuou como professora mais tarde. Fundou no município a Liga contra o Analfabetismo, onde trabalhava voluntariamente para ensinar jovens e adultos. Em 1918, publicou o livro **Em Torno da Educação**, com as primeiras indicações sobre a educação libertária que será a sua bandeira ao longo de toda a vida. Já conhecida pela escrita — com outros dois livros publicados em 1919, **Renovação e Por que Vence O Porvir**, além das crônicas sobre educação para um jornal local de Barbacena — e pelas conferências, realizadas em Juiz de Fora, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Santos. No início da década de 1920 a educadora migrou-se para São Paulo.

Em um texto autobiográfico, publicado no jornal **O Combate** (SP), em 03/08/1929, reproduzido por Leite em 2005, nos permite conhecer um pouco, a partir da voz da própria Maria Lacerda, a sua trajetória, amparada por peculiaridades de uma educação familiar anticlerical e bastante ligada às questões espirituais:

Meu pai anticlerical, espírita convicto, quando sentiu, talvez, que essa educação teria influência sobre o nosso espírito (meu e de minha irmã, mais moça do que eu), tirou-nos do colégio, onde também, apesar de minha pouca idade (dos seis aos dez anos) percebi o espírito de classe, de casta e a injustiça com que os católicos estabelecem a diferença econômica e de dominismo entre os colegiais e respectivas famílias, no trato aos ricos, aos potentados, e, no desprezo e exploração para com os pobres, os humildes e os de cor. Foi uma das belas experiências de minha vida. E quem sabe a sabedoria com que meu pai agiu, confiante em si mesmo, para, com o

---

<sup>6</sup> Manganelo, do italiano, designa o badalo do sino, a peça que quando balançada bate no sino, gerando o som. Por extensão, o formato do pênis. (In Dicionário Informal)

exemplo, nos apontar rumo diverso? Não sei. Experiência que eu não tentaria de modo algum.

Da religião católico-romana passei a frequentar sessões espíritas! Li, conheci de perto o que é espiritismo religioso de sessões e preces e mediunismo, sob todos os aspectos.

O medo do inferno foi substituído pelo pavor dos “espíritos”! Criei-me apavorada, numa atmosfera de horror e crença.

Em breve, uma mistura de catolicismo e espiritismo bailava no meu espírito de criança.

Mas, predominava em tudo — o medo.

Com a puberdade, vieram também as manifestações estudadas por Freud, as quais me assaltavam à noite em pesadelos em que tudo se confundia: inferno, demônios e despertar sexual. Acordava horrorizada com os meus “pecados”...E o sistema nervoso ressentiu-se fortemente e o desequilíbrio ocasionado por tantas e tão contínuas emoções e outras mais (que não vem ao caso narrar), devidas à educação também baseada no medo dos castigos severos e até mesmo castigos físicos, esse desequilíbrio nervoso, além da diathisè<sup>7</sup> de hereditariedade nervosa, acrescida com a vida sedentária de estudos livrescos, desde a mais tenra idade, provocou cedo a “surmenage” no meu temperamento vibrante, exaltado, refreado por uma timidez doentia que me isola de tudo e de todos.

Essa necessidade de expansão cercada pela educação, depois subjugada pela deslealdade de companheiras e pelos castigos injustos na escola, e no lar me ensinou, muito cedo, a viver dentro de mim mesma. Senti que ninguém me compreendia. Minha timidez era ridicularizada por todos, a propósito de tudo. Deu isso em resultado quase misantropia. Dias inteiros eu passava, desde criança, sem dizer uma só palavra, tinha dificuldade em me exprimir: cultivavam a minha timidez!

Que esforço, mais tarde, para lutar comigo mesma! Estudei, depois, na Escola Normal de Barbacena, onde fui professora de Pedagogia e Higiene. Meio estreitíssimo. Professores na maioria católicos, nem uma ideia. Disciplina de rebanho (Leite, 2005, p.37).

Nesse trecho é perceptível uma relação conflituosa com o dogmatismo religioso além da crítica pungente à estreiteza do que denomina “disciplina de rebanho”, entre os seus colegas. Maria Lacerda ressalta que quando deixou de frequentar a escola católica, o medo do inferno foi substituído pelo medo dos espíritos, porque logo se vê imersa em outra doutrina sentenciosa. O que já nos oferece indícios para entender a sua defesa de uma educação livre de castigos, ameaças e, predominantemente, anticlerical. A educadora retrata-se também como uma mulher curiosa e com uma destacada dedicação aos livros; o que no contexto da época não é visto como prática socialmente desejada para as mulheres. Talvez isso tenha contribuído para o diagnóstico de um esgotamento nervoso, uma estratégia muito utilizada à época para afastar as mulheres de uma

---

<sup>7</sup> Diátese: Disposição para ser atacado por muitas doenças locais da mesma natureza. (Dicionário Priberam). Surmenage: quadro de abatimento ou esgotamento físico e/ou mental, produzido por trabalho intelectual exigente, prolongado; ergastenia, estafa. (Dicionário Oxford)



educação formal, respaldada, inclusive, por teorias médicas que indicavam que atividades intelectuais eram nocivas às mulheres.

A respeito dessa prática médica cultural, radicalmente sexista, em a **História das Mulheres no Brasil**, no capítulo “Psiquiatria e Feminilidade”, Magali Engel, discorre sobre como a medicina, especialmente a psiquiatria, se apoiou em teorias científicas patriarcais em busca de disciplinar mentes e corpos femininos. Segundo a autora, no Brasil, com o advento da República, há uma iminente necessidade de redimensionamento das políticas de controle social, cujas limitações e rigidez eram produzidas pela legitimação burguesa na prospecção da ordem e do progresso — máximas do positivismo impressas na bandeira nacional — da modernidade e da civilização. A partir desses novos marcadores sociais burgueses importados, consolida-se o processo de medicalização da loucura, objeto que se torna exclusivo de práticas e saberes especializados, cujo profissional detentor dos diagnósticos e tratamentos é o alienista. Segundo Engel:

Não foi por acaso que os primeiros tempos republicanos assinalaram as vitórias mais expressivas dos psiquiatras brasileiros na busca obsessiva de conquistarem para si o monopólio da única verdade possível sobre a loucura e, portanto, controlar todos aqueles que pudessem ser capturados nas malhas cada vez mais extensas e emaranhadas da doença mental. Evidenciando o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normatizadoras: os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso social, político etc (2000, p.323).

Pois se a psiquiatria se torna um instrumento de controle para a república recém-instaurada e um meio para alcançar os padrões ditos civilizatórios, é ainda mais insidiosa a maneira que ela recai sobre os corpos femininos, uma vez que a psiquiatria contribuiu também para a construção da feminilidade padrão.

A dicotomia entre a racionalidade, ligada ao sexo masculino, e a subjetividade, atribuída ao feminino, é uma construção remota e ainda arraigada em uma série de dispositivos sociais, respaldados por uma ciência que hoje já compreendemos não sendo neutra ou isenta de posição. Sobre a relação da psiquiatria e a feminilidade, Engel aponta:

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais. Sob a égide das *incoerências do instinto*<sup>8</sup>, os comportamentos femininos considerados desviantes — principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade — eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza. Nesse sentido, a mulher era concebida como um ser cuja natureza específica avizinhava-se do antinatural (2000, p. 333, grifo da autora)

Sobre essas considerações, Engel ainda destaca outra especificidade da condição feminina sob o olhar psiquiátrico da loucura. Enquanto o diagnóstico da loucura para a mulher se situava na natureza, especialmente na sexualidade, o mesmo diagnóstico para os homens estava ligado ao seu papel social, de trabalhador, provedor e figura pública. Ou seja, esperava-se das mulheres uma vida notadamente privada, cujas relações fossem estritamente familiares e sentimentais; aos homens cabia uma vida pública de conquistas materiais ou intelectuais. A partir dessa perspectiva cultural, respaldada pela ciência médica, uma mulher que se dedicasse à leitura científica e/ou à escrita estaria sempre a um passo da loucura.

Sobre esse pilar psiquiátrico, que ainda paira sobre o estereótipo de feminilidade, Engel aponta:

As conquistas e sofisticações da psiquiatria na passagem do século XIX para o século XX, longe de questionarem a associação entre mulher e histeria, aprofundaram-na, conferindo-lhe *status* de verdade científica. Ainda por muito tempo, as palavras impetuosas do psiquiatra francês Ulysse Trélat, discípulo de Esquirol<sup>9</sup>, continuariam a ecoar dentro e fora do mundo acadêmico e científico: “Toda mulher é feita para sentir, e sentir é quase histeria” (2000, p. 357).

O discurso médico é tão incontestável e possui tamanha credibilidade que Maria Lacerda não questiona, a princípio, o diagnóstico de esgotamento causado pela

---

8 Grifo da autora.

9 Jean-Etienne Dominique Esquirol nasceu em 1772 na cidade de Toulouse e morreu em Paris em 1840. Foi nomeado médico da Salpêtrière em 1811 e sua vida profissional é destacada pelo empenho em construir e organizar muitos asilos. (Fonte: Centro Cultural do Ministério da Saúde)

dedicação aos estudos ou nas palavras dela de uma “vida sedentária de estudos livrescos”, no seu relato autobiográfico. Pelo contrário, o ratifica e aponta suas emoções ingovernáveis, sua curiosidade e inclinação à investigação científica como os disparadores do prognóstico que a afasta momentaneamente das suas atividades intelectuais. Entendemos essa postura da educadora muito mais como fruto do seu tempo e, nele, as dificuldades de questionamento e críticas do que um descuido teórico-crítico ao relatar a própria trajetória.

Ainda hoje recai sobre as mulheres uma herança perniciosa dessa construção cultural da identidade feminina, de cuidado e experiência doméstica, mesmo que o liberalismo tenha aberto as portas para outras atividades, tanto profissionais quanto intelectuais, estas devem ser conciliáveis com os anseios de feminilidade historicamente construídos.

Além das questões supracitadas — do poder médico e da socialização feminina —, para a justificativa de um esgotamento nervoso, é importante lembrarmos que Barbacena é reconhecida internacionalmente por uma história nefasta do tratamento psiquiátrico no Brasil. No livro **O Holocausto Brasileiro**, da jornalista Daniela Arbex, conhecemos algumas histórias do hospital psiquiátrico, o Colônia. Inaugurado em 1903, o primeiro hospital psiquiátrico público de Minas Gerais, dedicava-se ao atendimento dos “alienados”, em um lugar antes ocupado por um sanatório privado que atuava na assistência de pacientes com tuberculose<sup>10</sup>. A prescrição médica, à época, para o tratamento dos infectados pela tuberculose estava pautado em duas condutas principais: altitude e isolamento dos pacientes; localizada na Serra da Mantiqueira, a cidade tem altitude aproximada de 1.150 metros de elevação<sup>11</sup>. A inauguração da instituição de saúde psiquiátrica passou a atrair outras entidades de assistência em saúde mental para a cidade, o que fez de Barbacena uma referência em internações e tratamentos experimentais. Logo Barbacena ficou conhecida como “a cidade dos loucos”. E essa cultura local talvez também tenha impregnado o discurso de Maria Lacerda sobre a sua própria vulnerabilidade mental. Sobre o Colônia, Arbex comenta:

O município se ressentiu até hoje da pecha do seu hospício, mas o comércio da loucura, que mais tarde despertou a gana das clínicas particulares, viabilizou o modelo de cidade que Barbacena se tornou.

---

10 Informação publicada pela FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais).

11 Informação em Espaço & Geografia, vol.24, n.1 (2021).

Dezenove dos vinte e cinco hospitais psiquiátricos existentes em Minas até a década de 1980 estavam localizados no famoso corredor da loucura formado por Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Nesse período, as três cidades concentravam 80% dos leitos da saúde mental no Estado. Parâmetros da Organização Mundial da Saúde estabeleciam como referência três internações para cada mil beneficiários no país. Mas estudos do setor psiquiátrico mineiro revelaram quase sete internações para cada grupo de mil, em 1979. Em 1981, o número era superior a cinco. A cada duas consultas e meia, uma pessoa era hospitalizada nas Gerais (2013, p. 26).

Ou seja, o fato de Maria Lacerda de Moura ter sua socialização iniciada em Barbacena também pode ter afetado a maneira como ela mesma se narra, com uma relevância evidente na dimensão psíquica. Esse impacto dos lugares sobre as subjetivações é discutido pela professora Juliana Maddalena Trifílio Dias:

A realidade geopsíquica é vivida tanto na objetividade, na materialidade, quanto na subjetivação de cada ser falante na relação com esta materialidade. Cada pessoa se relaciona com os relevos terrestres, os objetos, os problemas urbanos, as áreas agrícolas, ou outro aspecto geográfico, a partir de sua história vivida. Esta história envolve os significantes de cada um, o modo como o aparelho psíquico foi constituído, a estrutura de cada sujeito, os traços mnêmicos, os sintomas e tantas marcas que acompanham os seres falantes (2019, p. 116).

Portanto, é importante destacarmos que a educadora compartilha de uma cultura local, afetada por um tipo de especulação financeira, justificada por estudos científicos sobre a saúde mental que elegeram o afastamento social, também justificado por um “clima ideal”, o que acarretou a concentração de um enorme fluxo de pessoas envolvidas com sistematizações de sintomas, diagnósticos, tratamentos e condutas em busca de uma normalidade estereotipada. Barbacena torna-se assim uma cidade profundamente envolvida com linguagens, gestos, profissionais e pacientes que estão imersos em percepções sobre saúde ou debilidade psíquica; essa Barbacena pode, então, nos fazer lembrar uma grande “Casa Verde” machadiana,<sup>12</sup> salvo as devidas proporções e marcadas as diferenças entre ficção e realidade. Isso também dá indícios sobre o que

---

<sup>12</sup>Casa verde é o nome de um manicômio, que é cenário da novela “O Alienista” (1882), de Machado de Assis. Na obra literária, Dr. Simão Bacamarte, após estudos de medicina na Europa e interesse pela psiquiatria, retorna ao Brasil e cria, na sua cidade natal — Itaguaí (RJ) — um hospital cujo objetivo é o tratamento de doenças mentais que requisitassem internação. No entanto, ao longo da história, qualquer comportamento que pareça minimamente desviante se torna uma ameaça social e os moradores da cidade são compulsoriamente internados, chegando-se a 75% da população privada da liberdade.

Maria Lacerda pensa sobre si e, talvez, tenha impactos nas relações que estabelecerá a partir dessas impressões mais remotas.

Sobre a pensadora Maria Lacerda destacamos ainda sua inspiração na escola Moderna, idealizada pelo espanhol Francisco Ferrer Y Guardia (1859 – 1909) e, posteriormente, a influência do professor e poeta anarquista brasileiro José Oiticica (1882 – 1957), com quem compartilhou de ideais e atuação política; ambos defendiam uma educação, a qual chamavam libertária. Sua proposta era a de uma metodologia baseada na cooperação e no respeito entre os indivíduos, escolas mistas (frequentadas por meninos e meninas) e a desconstrução de concepções burguesas de hierarquia, castigos, repressão e submissões. Trabalhou pela educação do proletariado e da mulher, para a emancipação operária e feminina, bem como teceu duras críticas às escolas religiosas, cujo servilismo e caridade prospectados eram notadamente reflexos do cinismo e da ambição da Igreja. A respeito da educação baseada na moral burguesa, a pensadora aponta:

Só quando o homem viver sem constranger o outro, pelas leis e pela polícia, só quando o homem não impuser aos outros homens a sua autoridade ou não se submeter servilmente à autoridade de outrem, então, estaremos no limiar da evolução humana para a revolução social. Até lá, não me falem em fraternismo ou solidariedade (2018, p. 157).

Segundo Mirian Moreira Leite (1984), Maria Lacerda de Moura teve ainda uma trajetória bastante atrelada aos movimentos feminista e anarquista brasileiro. No primeiro, fundou em 1919, no Rio de Janeiro, com Bertha Lutz, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Liga pelo Progresso Feminino. Tal associação se uniu a grupos de outros estados que se identificavam com a causa feminista, formando a Federação das Ligas pelo Progresso Feminino. Entre as pautas de reivindicação e luta, estavam o sufrágio universal, o acesso das mulheres à universidade e aos cargos públicos. Em 1921, assumiu a presidência da Federação Internacional Feminina, criada por mulheres de São Paulo e de Santos. Nos estatutos da entidade, inseriu a proposta de modificação dos currículos das escolas femininas, incluindo a disciplina História da mulher, sua evolução e missão social.

A educadora afasta-se do grupo ao qual ajudou a arregimentar e por isso não tem seu nome incluído entre as fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, porque entendia que a pauta do voto feminino — a mais expressiva do coletivo

— era elitista e não rompia com as estruturas patriarcais. Sobre o conflito de Maria Lacerda de Moura com o grupo de mulheres Hahner, afirma:

Essa pequena liga, na verdade apenas um grupo de estudos, concentrou-se em conseguir igualdade para as mulheres. Como escreveu Maria Lacerda de Moura na época de sua organização, elas concordaram quanto à necessidade de uma “outra coisa além da Associação Christã ou Legião da Mulher”. Maria Lacerda de Moura desejava ir além do “limitado campo” das atividades anteriores como “escolas domésticas ou estabelecimentos de filantropia, creche, etc. às outras associações”, formar “um pequeno exército de propagandistas da educação racional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual”. Contudo, as idéias dessas duas mulheres nem sempre coincidiram. Poucas feministas brasileiras desse período tomaram posições radicais como Maria Lacerda de Moura, que se opunha à Igreja, ao capitalismo e ao militarismo. Ela mantinha que “enquanto a mulher patricia estiver sob a tutela do padre — impossível a sua emancipação”. O interesse principal de Bertha Lutz não estava na massa trabalhadora do país, mas sim entre aquelas mulheres como ela própria, embora outras também se beneficiariam se se obtivesse pagamento igual para o trabalho igual. O voto não seria apenas um instrumento para alcançar o progresso feminino, mas também um símbolo dos direitos da cidadania (1981, p 102 e 103).

Para entender a posição de Maria Lacerda é necessário explicitar o seu incômodo com relação à posição do grupo do qual fez parte, mas do qual se afastou à medida que compreendeu que a luta pela emancipação feminina deveria ser mais profunda e desejou que o processo fosse mais igualitário e acessível a todas as mulheres. Sobre o florescimento do feminismo no Brasil e as discordâncias dentro do movimento, Hahner discorre:

As líderes do movimento sufragista brasileiro não expressaram desejo significativo por uma reestruturação radical do sistema político da nação, muito menos de sua sociedade. Essas mulheres procuraram juntar-se ao sistema como participantes iguais. Ao confrontarem-se com os temores dos anti-sufragistas, especialmente pelo destino da família, elas tiveram de argumentar que o cumprimento das obrigações políticas por uma mulher não representaria uma séria ameaça à vida doméstica nem mesmo tomar-lhe-ia muito tempo. Como Bertha Lutz deixou claro, suas associações não tencionavam intrometer-se na organização da família. Assim como argumentavam que o *status* biológico da mulher não deveria ter nenhum efeito sobre a sua capacidade em ações de caráter político, também aceitavam sem questionar — exatamente como faziam os partidários masculinos do sufrágio feminino — a definição básica da esfera de interesses da mulher como girando em torno do lar, da família e de assuntos relativos à educação, à saúde e ao bem-estar. O que fizeram foi redefinir o lar para incluir novas e mais vastas áreas de interesse. Numa

entrevista em 1921, Bertha Lutz declarou especificamente “não é exacto nem procedente declarar que, adquiridos direitos eleitoraes, a mulher abdica do lugar que a natureza lhe concedeu (...). O domínio da mulher, todas nós feministas concordamos, é o lar. Mas é que (...) hoje em dia o lar não está mais comprehendido no espaço de quatro muros”; fábricas e escritórios, onde mulheres ganham dinheiro para alimentar seus filhos, como as dependências legislativas onde se debatem as leis de proteção aos filhos, “não são senão dependências do lar” (1981, p. 114).

Pelo movimento anarquista brasileiro, Maria Lacerda de Moura participou da Liga Anticlerical em 1922, também escreveu artigos para o jornal anarco-operário **A Plebe** e realizou conferências cujas temáticas diversas — amor livre, antimilitarismo, antifascismo e direitos da mulher — se relacionavam com a Educação, pois entendia que as mudanças sociais pretendidas só lograriam sucesso a partir de uma sociedade que formasse indivíduos que fossem estimulados ao pensamento crítico. Sobre o papel da escola na transformação social na visão de Maria Lacerda de Moura, Jourdan ressalta:

A escola deveria agir como uma célula transformadora da sociedade, a partir da qual se poderia incentivar a reconstrução valorativa de outros âmbitos. Dessa forma, transformar a escola, para que ela não reproduzisse as hierarquias sociais e se transformasse em agente criativo da transformação, seria o passo fundamental de qualquer processo revolucionário (2020, p.33).

Embora tenha sido uma autora com vasta obra publicada, especialmente em uma época em que poucas mulheres alcançavam os espaços intelectuais públicos, a pensadora mineira é pouco citada ou conhecida na história da educação brasileira. Isso foi confirmado quando busquei trabalhos na Educação que investigam a autora — apenas treze pesquisas no nosso levantamento. Seus escritos retomados estão ligados, principalmente, ao feminismo e, mais recentemente, ao antifascismo. No entanto, a origem da sua luta está profundamente atrelada à temática da educação. As causas desse distanciamento podem estar ligadas ao próprio teor dos conteúdos abordados à época e ao gênero da autora, pois uma mulher que tratasse de temas como sexualidade, emancipação feminina e proletária, críticas à Igreja e ao capitalismo, era marginalizada. Segundo RAGO, “Suas ousadas críticas ganham maior relevância, quando nos lembramos de que, naquela época, raramente uma mulher poderia abordar publicamente temas referentes à sexualidade, área considerada de domínio privado dos homens” (2018, p.7). Outro aspecto bastante característico de Maria Lacerda de Moura, o qual devemos considerar para supressão do seu nome da história da educação brasileira, é a da sua

recusa em participar de coletivos que não acolhessem a sua individualidade de ideais que, muitas vezes, pareciam conflitantes. Pois, para a autora, a autonomia de pensamento não deveria ser suprimida nas lutas coletivas. Sobre esse aspecto, defende:

É a verdade organizada a causa de todos os males sociais. Enquanto procurarem organizá-la — seja no campo das lutas dos partidos políticos, ou dos embates religiosos ou das reivindicações revolucionárias e reacionárias de todos os matizes — em qualquer terreno — viveremos no mesmo caos social de tartufismo e incompreensão (2018, p.147).

As experiências vividas por Maria Lacerda de Moura — isto é, a de ser mulher no século XIX, a de ser filha de uma família religiosa mineira e a de se constituir como educadora —, já nos dão indícios dos obstáculos e das limitações que a intelectual teve que superar para defender os ideais progressistas aos quais ela se alinhava. Lembremos que o estado de Minas Gerais foi uma das regiões mais exploradas, no Brasil, pela Coroa Portuguesa e isso implicou também especificidades culturais desenhadas desde a colonização. Sobre essas características, Figueiredo aponta:

Em Minas, a direção da atividade de exploração aurífera exigia a organização e atuação do Estado sob novas bases. A metrópole precisaria desta vez assumir um papel mais contundente para o controle social das populações mineiras. E, efetivamente, após a montagem do aparelho administrativo e a definição da urbanização no território recém-povoado, são tomadas as primeiras medidas objetivando normalizar os grupos sociais da região. Essa era a condição essencial não apenas para controlar os trabalhos de mineração, como, em última instância, para garantir através do fisco e do comércio a transferência de rendas à economia metropolitana.

E por que tantos esforços por parte dos poderes institucionais? A disciplina, a definição de papéis, a austeridade e a tolerância subjacentes aos modelo cristão de organização familiar tornavam-se elementos que justificavam os esforços da ordem temporal e espiritual. Cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo. No entanto, a vida cotidiana das comunidades mineiras pareceu resistir a tanta coerência. Mesmo perseguidas por múltiplos instrumentos punitivos que, com ferocidade singular, condenavam suas relações extraconjugais, as populações insistiam no seu próprio modo de vida familiar (2000, p. 167).

O que Figueiredo nos aponta é a coexistência entre um modelo familiar institucionalizado, como forma de controle pela Coroa Portuguesa e um outro modelo subjacente no interior das próprias relações estabelecidas. O que significa que há uma forma oficial e outra que vigora, apesar das repressões. Maria Lacerda de Moura e as



mulheres mineiras, ao que parece, também são frutos desse embate histórico-cultural. Sobre a sociedade mineira, Leite também destaca:

Os estudos sobre a família mineira salientaram um conservadorismo acentuado, além do seu papel político e uma mobilidade espacial que não impedia a conservação de laços entre uma vasta parentela dispersa. Apesar dos congressos de educação e dos grandes educadores mineiros, 1930 encontrou um Estado com dois terços de analfabetos na população com idade acima de 7 anos. As escolas educavam mal a população urbana e nada a população rural, que representava 80% da população do Estado. Enquanto as poucas boas instituições escolares eram reservadas à camada abastada. Apesar do cientificismo e do positivismo que impregnaram a Primeira República, a Igreja católica conservou em Minas um lugar predominantemente na educação pública até 1906. Manteve também o seu domínio sobre o comportamento da família, suas articulações com a educação e com a política. O temor à influência dos positivistas e dos elementos anticlericais funcionava principalmente como impulsionador da recristianização de instituições leigas e clericais, sem reduzir a influência que a Igreja sempre exerceu junto à sociedade civil e no Estado. Tanto é assim que foi restabelecido o ensino religioso nas escolas públicas, com o governador Antônio Carlos, em 1928 (1984, p. 8).

Ao pensarmos sobre o espaço e o tempo que Maria Lacerda de Moura percorre é ainda mais compreensível que as suas percepções, críticas e textos abordem a Igreja como um grande empecilho para a liberdade do indivíduo e a emancipação feminina. E por isso também tomo o seu discurso como parresiasta; é necessária coragem para proferi-lo, escrevê-lo e defendê-lo.

Mas, então, como Maria Lacerda é capaz de conceber suas ideias libertárias em um ambiente e em um período tão inóspitos para a autoria e o pensamento feminino? Essa é uma questão que me cerca tal qual Virgínia Woolf nos propôs pensar em **Um teto todo seu**, ensaio publicado pela primeira vez em 1928, E se Shakespeare tivesse uma irmã? Alguém com tanto talento e capacidade intelectual quanto o irmão. Quais as estruturas que facilitariam o trabalho de uma autora mulher, será que existiam à época? E quais os outros impediriam que uma mulher se tornasse a grande dramaturga, ainda que partilhando da mesma educação, família e condições do irmão? Para Woolf, a irmã de Shakespeare não lograria o mesmo sucesso:

Eu disse a vocês no decorrer deste ensaio que Shakespeare tinha uma irmã; mas não procurem por ela na vida do poeta escrita por Sir Sidney Lee. Ela morreu cedo, pobrezinha, nunca escreveu uma linha. Está enterrada no local onde hoje os ônibus fazem parada, em frente a Elephant

and Castle. Mas acredito que essa poeta que nunca escreveu uma linha e foi enterrada no cruzamento ainda está viva. Ela está viva em você e em mim, e em muitas outras mulheres que não estão aqui esta noite, porque estão lavando a louça ou colocando os filhos na cama. Mas ela está viva, pois os grandes poetas nunca morrem; são presenças duradouras, precisam apenas de uma oportunidade para andar entre nós em carne e osso. Essa oportunidade, acredito, está agora ao alcance de vocês (2014, p. 158).

Pois o pensamento aqui não é uma personagem ficcional cuja ligação fraterna de gênero oposto é concebida para pensarmos nas desigualdades de oportunidades, mas o seu contrário. Maria Lacerda tinha uma irmã, que educada sob as mesmas diretrizes, vivendo na mesma sociedade não escreve, não atua, nem mesmo compartilha dos mesmos ideais de Maria Lacerda de Moura; assim com as suas colegas da Escola Normal. Então como ocorre de uma mulher do seu tempo ser resistente e crítica a ele?

Busco refletir em como a educadora se torna uma pensadora do seu tempo, como ela se torna capaz de pensar, criticar e elaborar considerações sobre a sociedade em que vive, apesar das limitações sociais iniciais, inclusive de comunicação.

De acordo com o filósofo italiano Antônio Gramsci, a superação do senso comum, que é a acepção do mundo tomada de maneira acrítica, ocasional e desagregada, ocorre pela filosofia da práxis. De acordo com Mari, (2011, p.70), “a filosofia da práxis se movia em dois sentidos: o primeiro, consistia na crítica ao senso comum, resgatando o núcleo de bom senso; o segundo, na crítica à filosofia dos intelectuais que corroboravam a sustentação ideológica dominante”. Ou seja, para Gramsci antes de superar o senso comum era necessário reconhecê-lo e identificar as forças que o sustentavam. Neste sentido, o papel de um intelectual que reconhecesse e estivesse comprometido com as classes subalternizadas era fundamental.

Antônio Gramsci (1989) diferencia o intelectual tradicional do intelectual orgânico, enquanto o primeiro se caracteriza pelo afastamento da classe social, o segundo surge no interior da própria classe. Cabe a este segundo ajudar a organizar as classes subalternas e conduzi-las a superação dialética do fragmento para uma perspectiva de totalidade.

Já Sirinelli (2003), em seus estudos sobre o nascimento dos intelectuais franceses, trata do caráter polissêmico da noção de intelectual e da necessidade de defender uma “definição de geometria variável, mas baseada em invariantes” (p. 242). Para o autor, devemos considerar também duas acepções de intelectual, vejamos a primeira:

Uma ampla e sociocultural, englobando criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” de cultura. (2003. p.242)

A segunda compreensão sobre o termo, aquela baseada na noção de engajamento, é articulada da seguinte maneira pelo historiador:

uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator — mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos —, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive — especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção e debate da cidade —, que o intelectual põe a serviço da causa que defende (2003. p. 243).

Maria Lacerda de Moura parece transitar entre as duas acepções, ora uma educadora, escritora e jornalista, ora uma voz, de oposição, destacada na cidade. No entanto, a de uma intelectual que é forjada na luta, na e pelas causas dos subalternos e testemunha das cidades parece estar mais atrelada aos temas da sua obra e passagens biográficas.

Entendo que as críticas ao pensamento de Maria Lacerda decorrem além de uma questão de gênero, muito também pela sua formação intelectual construída a partir das suas experiências com os grupos sociais que acreditava, através da educação, poderiam se emancipar. A intelectual brasileira, ao longo da sua trajetória, se envolveu e rompeu com alguns grupos e causas, pois, quando compreendia que determinadas coletividades privilegiavam pautas que tivessem em seu interior prioridades excludentes, Lacerda se colocava contrária. “Ela pensava o feminismo no contexto das lutas operárias, diferente das sufragistas preocupadas com a inclusão no sistema que as oprimia e excluía” (Lessa, 2020, p. 79).

Ao pesquisar a produção escrita de Maria Lacerda de Moura, sua biografia e o contexto em que a intelectual se insere, foi possível notar que a educadora exerceu o papel de intelectual orgânica, conceito apresentado por Antônio Gramsci, pois acreditava

e trabalhava para a ampliação da visão das massas, de modo a fazer com que elas fossem mais coesas, críticas e possibilitadoras de transformações sociais profundas.

Além da perspectiva gramscianiana que nos ajuda a pensar na formação do pensamento Lacerdiano, devemos admitir a influência do que Sirinelli, chamou de “estruturas de sociabilidade”, as quais Maria Lacerda construiu e às quais se integrou. Sobre esse conceito, o historiador francês pontua:

As estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os “salões” na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas de sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subtendem a intelectualidade. Mas, em todo caso, é possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base das “redes” de intelectuais adultos (2003, p. 249).

Com a bióloga e destacada figura precursora do feminismo no Brasil, Bertha Lutz, a educadora já trocava cartas desde Barbacena, quando começava a ser reconhecida nacionalmente, mas a sua atuação ainda era limitada. Nas primeiras cartas de Maria Lacerda para Bertha Lutz, a educadora mineira oferecia seu apoio para as causas que poderiam possibilitar a emancipação das mulheres. O sufrágio feminino, à época, começava a ganhar notoriedade. Segundo Martins e Costa (2016), as missivas versam sobre assuntos em comum entre ambas, como a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, algumas discordâncias de mecanismos para alcançar os objetivos pretendidos, como já abordamos anteriormente e, até mesmo, questões domésticas, como a mudança de Maria Lacerda para São Paulo. “Entusiasticamente diz à amiga na carta que, se realmente deseja incentivar a ‘fundação dessa Liga Brasileira para a emancipação intelectual feminina’, estará pronta a colaborar e apresentar a sua proposta de programa na conferência de novembro no Rio de Janeiro” (2016, p. 220).

Outro importante expoente e influenciador na formação intelectual de Maria Lacerda foi José Oiticica, professor catedrático do Colégio Pedro II e da Escola Municipal de Dramática do Rio de Janeiro, sistematizador e propagador das ideias libertárias no Brasil desde 1912. A proximidade de ambos também se dá através das correspondências trocadas por anos e por uma passagem providencial de Oiticica em Barbacena, quando se hospeda na casa de Maria Lacerda, após cumprir meses de uma sentença de desterro,

por sua participação na organização da tentativa insurrecional deflagrada na Capital Federal em 1918. “O desembarque foi acompanhado por intensa vigilância policial. Ainda naquele ano a inexorável política repressiva estatal obrigaria o professor a buscar refúgio distante do Rio de Janeiro” (Lamounier, 2020, p 1).

Fábio Luz, médico, escritor, educador e anarquista brasileiro, membro da Academia carioca de Letras, também foi um importante personagem nessa rede de sociabilidades de Maria Lacerda. Em comum tinham o ideal de uma educação libertária, como os anarquistas brasileiros da época, para os quais a educação possuía um lugar central. As correspondências entre ambos permaneceram mesmo quando Fábio esteve preso. Em um dos trechos de uma de suas missivas a Fábio Luz, de 18 de novembro de 1920, percebemos a insegurança da educadora que parece lidar com novas perspectivas, mas com um arcabouço ainda precário:

Infinita gratidão por tão delicadas expressões e votos pela minha ascensão para a conquista libertária.  
 Não me assustei com a palavra Anarquia.  
 O meu coração já sentiu o que seja esse grande ideal.  
 Falta-me de fato qualquer coisa para eu me despegar por completo de alguns tantos prejuízos talvez – como a crença em reformas burguesas segundo a sua expressão.  
 É que ainda não compreendi bem essa reviravolta necessária no mecanismo social.  
 Prevejo-a, sinto-lhe a necessidade, entretanto eu não saberia como se deveriam arquitetar novas sociedades assentadas em bases de equidade se destes escombros só nos restam desilusões, miséria, injustiça, ceticismo, falta de caráter.  
 Apego-me às vezes às leis – sem ter fé, convicta da sua inutilidade. Mas, nesse período de transformação a que se deve apegar a gente como tábuas de salvação?  
 Inúteis, improfícuas as reformas burguesas, – mas, se o mundo está nas mãos dos burgueses e o povo não está preparado para a revolução social e essa revolução não é talvez para os nossos dias ou pelo menos não dará o resultado desejado em os nossos dias?...  
 Com que devemos contar por ora?  
 Apelo então para a educação popular. Ao mesmo tempo sinto-lhe a impotência uma vez que a facção governista não cuida disso e o povo ou a iniciativa particular nada pode diante de tão imenso problema.  
 Enfim, meu venerando camarada, fico no caos, não saio desse círculo vicioso (Moura, 1920, n.p).

A carta de 1920 é ainda de uma Maria Lacerda no início da sua jornada intelectual, com dúvidas a respeito do que é, “Não me assustei com a palavra Anarquia”,

mas já com uma intensa necessidade de diálogo com seus pares. Portanto, entendemos que é importante pensar que a trajetória de uma intelectual é também um caminho árduo de incompreensões, incertezas e diálogos com as suas estruturas de sociabilidade. Estas nem sempre são somente racionais, porque há também afetos e emoções que permeiam o desenvolvimento das ideias.

O anarquismo impactou definitivamente na atuação engajada de Maria Lacerda, aliás as mulheres anarquistas na América Latina escreveram um importante capítulo na história e imprimiram as suas marcas no contexto da época. Atualmente, a participação das anarquistas na história política do Brasil têm recebido necessárias revisitas e evidenciado o quanto os grupos, as associações e as organizações femininas em torno de temas, antes restritos aos homens, potencializaram uma série de debates. As mulheres operárias — ao lado das quais Maria Lacerda reivindicava melhores condições de trabalho e prospectava novos valores, entre eles a liberdade de pensamento — com pouca ou nenhuma instrução convencional conferiram, por exemplo, atenção especial sobre a educação das mulheres. Sobre isso, Mendes aborda:

Há inúmeras críticas à falta de acesso à educação e instrução pelas mulheres, principalmente as mulheres operárias, e aos males da moral e da educação burguesas, que reforçariam papéis de submissão feminina e de dependência, assim como discutia Anna de Castro Osório em “A Terra Livre”, em 2 de abril de 1907, ao afirmar que as mulheres estavam submetidas à vigilância do homem ou do convento. Em oposição, elas defendiam a educação libertária como meio essencial de preparação da revolução social e de emancipação feminina. (Mendes, 2018, p.73)

Além das operárias brasileiras, que conquistaram espaços para reivindicações e serviram de inspiração para jovens insubmissas, especialmente através da imprensa anarquista, é importante lembrarmos de nomes como o da russa Emma Goldman, cuja biografia é marcada pela luta antimilitarista e feminista, o da militante brasileira Maria Antônia Soares, uma das mais atuantes cronistas do jornal A Plebe, o de Lucy Parsons, anarquista operária norte-americana que são alguns exemplos de mulheres anarquistas contemporâneas de Maria Lacerda que possivelmente fazem parte das leituras, das discussões e das estruturas do pensamento da educadora brasileira.

Esse pequeno grupo que apresentei é exemplo das contribuições no pensamento lacerdiano e, certamente do pensamento lacerdiano nos escritos e nas vivências de cada uma dessas personagens. Entendo, portanto, que Maria Lacerda é uma intelectual que se

constituiu a partir de uma estrutura pouco convencional na infância e adolescência — especialmente com a influência do pai, uma figura masculina que desejou que as filhas tivessem acesso à educação, no entanto, sem serem sujeitadas à inflexibilidade religiosa da época. Maria Lacerda, mais tarde, busca um grupo que acima dos partidos políticos e das diferenças ideológicas será parte importante para a construção do seu pensamento e obra.

Após uma revisão na biografia, das questões culturais e sociais que permearam a constituição de Maria Lacerda como sujeito, a contextualização das redes de sociabilidade da educadora e de buscar indícios de como ela se tornou uma das intelectuais brasileiras mais atuantes do século XX, no próximo capítulo, tratarei especificamente sobre os seus escritos.

### **3 “Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio” — Feminismo, Laicidade e Antifascismo — O tripé Lacerdiano**

Embora Maria Lacerda de Moura tenha se destacado também como jornalista e militante engajada em causas anarco-feministas e operárias, ela teve a sua produção e perspectivas teóricas intensamente questionadas ao longo da sua trajetória. Considero que as suspeitas nascem, em grande parte, por dois motivos significativos: por ser mulher e por não ter em sua trajetória a formação superior. Segundo Languardia *apud* Lessa (2020, p.79), “Ao estudarem e escreverem, as mulheres afrontavam o ideário da incapacidade intelectual feminina”. Ainda de acordo com Lessa, Maria Lacerda denunciou a ciência feita pelos homens e voltada para a invenção de uma “verdade científica” sobre a inferioridade intelectual e física das mulheres, através da alcunha “Masculinocracia”. O chamado patricapitalismo foi alvo constante e fundamental da sua produção escrita. Em tais obras, Maria Lacerda de Moura identificava o homem como opressor, corporificado no patricapitalista, que explorava o trabalho das mulheres em casa, nas fábricas e nos prostíbulos.

As críticas à Igreja e ao dogmatismo religioso, especialmente à sua influência na educação também são recorrentes nas suas críticas mais agudas. Assim como o fascismo e a cultura de guerra armada entre as nações, em que as populações mais vulneráveis são dizimadas por disputas das quais nunca sairão vencedoras independentemente do lado que pareçam estar. Pobres, mulheres, idosos e crianças são as maiores vítimas das guerras.

Três grandes temas pautam a obra e o engajamento da educadora libertária, buscarei analisar seus escritos sobre educação a partir da tríade a seguir:

#### **3.1 Feminismo**

As mulheres são um tema central na obra/pensamento lacerdiano. A autora defende que elas conquistem os espaços públicos não como companheiras de figuras masculinas destacadas, tampouco como benfeitoras burguesas, cujas atividades de assistencialismo eram fortemente criticadas por Maria Lacerda, por não terem outra função senão a de uma exibição social. A educadora defende que as mulheres sejam



educadas em equidade de oportunidades e amplitude de referências com os homens burgueses; que sejam evidenciadas como autoras históricas e não somente coadjuvantes. E, ainda, declara que as mulheres assumam a sua liberdade e lutem pela liberdade de todas as outras.

Trata-se não da filantropia de um dia, sim da renovação social para uma sociedade donde se excluirá a caridade humilhante — que a solidariedade entre irmãos afasta o gesto de proteção.

Sem arrancar a alma feminina desse sectarismo ferenho que faz dela um balão cativo, oscilando apenas aos vae-vens das opiniões alheias, sem educa-la para a vida, sem fazer dela criatura conciente, em vez de juguete das forças do passado reacionario — impossível pensar na sociedade nova.

A escravidão feminina atravessou todas as gerações, repercutiu em todas as civilizações, percorreu as cidades antigas e modernas: — eis a razão por que antropologistas nos consideram como não tendo representado papel algum na evolução social. Se o representámos foi por intuição, inconcientemente, muito longe estivemos sempre da nossa missão social.

A historia regista maior numero de mulheres fatais aos destinos dos povos, do que capazes de alevantar os reinos e as nações num ideal conciente.

As outras, as heroínas, as estoicas, conservaram o seu anonimato, e muito mais teriam contribuido para a elevação moral da sociedade, si o preconceito, a escravidão, os códigos e a timidez ancestral, o adinamismo, o egoismo masculino não as privassem de agir, de trabalhar desassombradamente. O medo, a resignação passiva, a subserviencia de escrava foram sempre as armas do seu escudo. E com esse escudo quem venceu na vida?

A causa da mulher é como uma causa das párias de todas as civilizações: é causa internacional. (...)

Passou o tempo da beneficencia caridosa.

A mulher precisa aprender mais, para agir melhor. A equidade acima da caridade <sup>13</sup> (Moura, 1932, p.13, 14)

Além de um discurso vigoroso, que reflete a sua própria história de insubmissão, denúncia e reflexão acerca de como a história oficial silenciava a existência feminina, Maria Lacerda também aponta a educação das mulheres como possibilitadora de alguma equidade.

Ao eleger a produção intelectual de Maria Lacerda de Moura como tema de pesquisa, proponho pelo menos dois caminhos convergentes que fundamentam os movimentos feministas (suas teorias e práxis), que são: as contracondutas e os contradiscursos. “As contracondutas remetem à maneira pela qual as práticas da

---

13 A citação foi transcrita fielmente como na publicação da obra em 1932, com a ortografia da autora, portanto optei por manter alguns desvios da norma-padrão vigente. As outras citações diretas das obras de Maria Lacerda seguem este mesmo critério.

liberdade são experimentadas frente a governamentalidade cristã ou neoliberal” (Rago, 2020).

Maria Lacerda de Moura não só imprimiu a contraconduta nas suas ações, quando se tornou cronista de um jornal em um período histórico em que poucas mulheres eram publicadas — especialmente assumindo a autoria das suas produções — mas também impôs uma crítica feroz a instituições consideradas intocadas, neste período, como a igreja, o exército e o poder médico enraizado no biologismo patriarcal — que buscava elementos da fisiologia para comprovar uma inferioridade feminina — como também construiu uma obra relevante que criou o contradiscurso, daquele hegemônico à época.

Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (Rago, 2000, p. 03).

E em ambos os processos identifico a epistemologia feminista que não só aponta e critica de maneira contundente o modo dominante da produção científica, mas também estabelece alternativas ao modo hegemônico de produzir e validar conhecimento científico.

Segundo Rago (2020, p.330), no último meio século pelo menos, os feminismos construíram outros modos de subjetivação, não só ampliaram as possibilidades de existir, mas também propuseram interpretações críticas à cultura patriarcal, machista e misógina dominante, além de trazerem “modos de inscrição na esfera pública ou privada, pautados por valores de justiça social, liberdade, respeito à dignidade e solidariedade” (2020, p. 330).

Neste sentido, com a defesa de Maria Lacerda de Moura da liberdade da mulher, que para o regime patricapitalista (patriarcado e capitalismo associados) é propriedade do homem e a denúncia de que as guerras eram ainda mais nefastas às mulheres, que eram vítimas mais recorrentes de estupros coletivos, abusos psicológicos e físicos e crimes de exploração sexual diversos, a autora se insere no contexto do feminismo nascente no Brasil. Vejamos uma das suas produções sobre a mulher como propriedade:

O “senhor” é proprietário absoluto da mãe e dos filhos. Quando se casa a mulher, raptada ou comprada, passa a ser propriedade do marido e da família dele. Aí, “ser mãe não constitui parentesco”.

O homem tem quantas mulheres quer ou pode sustentar. Da poliandria passam a poligamia, até hoje em uso, embora todos os louvores à monogamia... e à família, a sacratíssima instituição da família.

Questão de propriedade privada.

Ainda hoje, em toda parte – “família e propriedade são sinônimos”.

A mãe de família, etimologicamente e de fato, era a “mãe dos escravos” do seu proprietário e senhor, com direito a vida e a morte sobre ela e os filhos.

Esse ainda é o regime atual... no sentimento mais íntimo dos latinos para os matadores de mulheres. (Moura, 1932, p. 133)

Outra característica do pensamento lacerdiano está intrinsecamente ligado à educação, mais do que direito ao voto, a emancipação feminina virá da sua própria consciência sobre monogamia, família, maternidade compulsória e da relação com o próprio corpo — Maria Lacerda critica a prostituição, mas não a partir do caráter de recato e sim por mais uma vez permitir a exploração da mulher pelo patriarcado. “A emancipação da mulher é pensada não apenas a partir da reivindicação de melhores condições de trabalho, mas a partir de uma nova relação com o seu próprio corpo, educando-se e organizando-se em grupos alternativos de solidariedade” (RAGO *apud* LESSA, 2020, p.79).

Margareth Rago lembra aos leitores, em seu texto **As marcas da pantera, 20 anos depois...**, a crítica contundente de Foucault à produção de conhecimento histórico, que forjava narrativas históricas hegemônicas:

Para entender quem somos e como chegamos a ser o que somos, seria então necessário **‘tornar visível o que é visível’**<sup>14</sup>, como diz esse filósofo-historiador em relação à função do intelectual, mas também seria preciso convocar o conhecimento histórico em uma outra direção, capaz de mostrar as origens nos jogos de poder, nos conflitos das disputas de diferentes atores e regimes de verdade, dando visibilidade às feridas conflitantes e originárias, que se tornaram cicatrizes profundas, incrustadas na pele, continuamente reabertas e remexidas pela violência que se aprimora nas inúmeras formas de exclusão e de humilhação racial, sexual, classista e geracional. Trata-se, portanto, de **desnaturalizar** o presente, abrindo-o para transformações necessárias e possíveis das condições que imperam na atualidade. (2020, p.322,).

O contradiscurso de Maria Lacerda de Moura desafia as visões, naquele momento, hegemônicas da igreja, do poder médico, burguês e patriarcal que defendem a submissão

---

14 Grifos da autora.

feminina, em razão da sua inferioridade, legitimada por pesquisas médicas altamente tendenciosas.

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (Rago, 1998, p. 4).

Portanto, entendo que contraconduta e contradiscurso são duas marcas centrais na obra lacerdiana, que apontava o apagamento da autoria feminina, tanto a intelectual quanto a da atuação social, figurando como um mecanismo de perpetuação do patricapitalismo. A autora não só propõe uma sociedade com paridade de gênero em sua obra escrita, mas também vivencia a prática de uma mulher insubmissa, uma intelectual que se construiu sem a validação acadêmica. Sua trajetória de intelectual orgânica ou engajada e pensadora pública fortaleceu as críticas empreendidas, especialmente por figuras masculinas relevantes, que também podem tê-la tentando invisibilizar. Sobre essa questão, Mabel Dias relata:

Oswaldo Salgueiro e Pedro Catalo, no jornal **A Plebe**, diziam que Maria Lacerda tinha um discurso confuso e disperso, uma inconsistente teoria política e apresentava contradições em seus escritos e em sua atuação. Edgard Leuenroth, teve a colaboração da jornalista nos jornais **A Plebe** e **A Lanterna** e quando escreveu seu livro, em 1953, *Anarquismo: roteiro de libertação social*, não menciona nenhuma obra de Maria Lacerda de Moura. (2002, p. 21)

Ou seja, entre os seus próprios pares Maria Lacerda encontra resistência, uma vez que tem a obra questionada e, de alguma forma, invalidada ou, ao menos, desprestigiada. Sobre essas expressões de um machismo estrutural, que não reconhece paradigmas originários de camadas diversas às convencionais, que invisibilizam e oprimem e a necessidade de resisti-los, Spivak pontua:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (2010, p. 165).

E Maria Lacerda não só não rejeita como se lança em um projeto de defesa das estruturas que aprisionam mulheres, pobres e os mais diversos párias sociais. Além de denunciar a prostituição como mais uma exploração patriarcal de mulheres pobres, Maria Lacerda de Moura defendeu que as mulheres tivessem a posse do próprio corpo, a partir do que chamamos hoje de Direitos Reprodutivos. Em 1932, a autora lançou a obra **Amai e... não vos multipliqueis**, uma coletânea de artigos publicados no jornal **O Combate** e dialoga com um cenário político brasileiro bastante polarizado à época, quando comunistas e integralistas se enfrentavam no Brasil enquanto o fascismo se propagava pela Europa. O contradiscurso construído nessa obra se contrapõe ao fascismo, ao machismo, ao poder religioso e médico e ao capitalismo com a defesa do amor como um possibilitador da emancipação, sobretudo para as mulheres, que devem ter o direito a escolher a quem amar, a maneira de amar, elegerem a maternidade como possibilidade e não destino e serem também sujeitos históricos. Sobre a maternidade compulsória, Lacerda reflete:

A questão não é dogmatizar que a mulher, antes de tudo, é mãe e deve ser mãe acima de tudo. Não. Todo indivíduo, homem ou mulher, deve realizar-se na plenitude das suas forças.  
Ser mãe na acepção fisiológica, é muito pouco para a mulher. Nem sempre lhe basta a maternidade física. E é muito mais transcendente a maternidade da alma. E assim, também há homens que são mães...  
(...) Não se dogmatize para os indivíduos. Si eu tive intensos desejos de ser mãe, conheço mulheres mães, em número considerável que nunca o desejaram. Apontar para a mulher um único caminho — a maternidade — é autoritarismo masculino erigido em dogma e repetido servilmente pela mulher, por pudor... (1932, p. 184 - 185).

Embora Maria Lacerda enfatize a emancipação feminina, acredita que, por meio dela, se estabelecerá a de toda a humanidade.. Isto é, esta última só ocorrerá a partir da primeira.

E a liberdade sexual da mulher será a conquista suprema que remodelará por completo o velho mundo.  
É através da Maternidade conciente que se vão esboçar os contornos iluminados de uma vida nova: seria o extermínio das guerras, da fome, dos

prejuízos sociais funestos a todo genero humano, é o combate aos crimes passionais, é a extinção da prostituição e do crime não menos inominável da castidade imposta á ignorancia da mulher casada, é o extermínio do infanticidio, é questão resolvida da lei de população.

(...) Só é verdadeiramente emancipada a mulher que deixou de ser “femea” para ser mulher.

Depois, tendo a mulher o encargo e a responsabilidade maternal, é justo e é lógico que seja livre de escolher o pae para o seu filho (1932, p. 165).

Maria Lacerda de Moura também teceu críticas bastante contundentes ao poder médico e às teorias científicas que defendiam o papel feminino como mero reprodutor — obrigatoriamente um útero devia gerar vidas — e figurativo nas instâncias sociais. Em **A mulher é uma degenerada?**, que publicou pela primeira vez em 1924, a autora construiu uma série de argumentos que questionavam as interpretações produzidas pelo discurso médico sobre o corpo feminino, as quais considerou um mecanismo de opressão legitimado pela ciência. Tais teorias inferiam que o trabalho intelectual não era aconselhado às mulheres, que tinham a saúde mais frágil e que por isso adoeciam psiquicamente com mais frequência. Isso ocasionaria a infertilidade feminina, ameaçando a natalidade da população. As decisões sobre a família, a comunidade e até sobre a própria vida deveriam ser legadas a um homem — pai, irmão, marido ou padre — pois as mulheres não tinham condições intelectuais para decisões ou escolhas fundamentais. Afinal, manter as mulheres privadas do acesso à educação, formação profissional e, assim, salários justos, produziria um grupo sujeitado às vontades e poder de outros; neste caso dos homens, em especial, os burgueses. De acordo com a educadora, as diferenças biológicas não denotavam inferioridade, como a interpretação de muitas dessas teorias sugeria:

A mulher é fisiologicamente diferente do homem — não inferior.

Sua inferioridade é apenas econômico-social, inferioridade de preconceito.

Os séculos de escravidão fizeram dela ente mais fraco física e mentalmente.

A educação feminina ou melhor a deseducação da mulher tem retardado a civilização (1932, p.63).

Mesmo que Maria Lacerda dialogue com temas ainda muito atuais do feminismo, ela contraria o dogmatismo dos movimentos; seja eles anarquistas, comunistas, anticlericais ou feministas. Afinal, combater um autoritarismo e cair em outro é igualmente opressor, segundo a educadora.

### 3.2 Laicidade

A relação de Maria Lacerda com a igreja católica, como ela nos apontou em seu texto autobiográfico, se estabeleceu, de maneira mais próxima, quando estudou em uma escola católica de Barbacena nos primeiros anos. Até que seu pai, de doutrina Espírita, decidiu cuidar da educação dela e de sua irmã e não as enviar mais à escola, dirigida pelas freiras. Opção bastante arriscada, segundo a própria Maria Lacerda, mas acertada. Foi nesse contexto que a educadora fez as suas primeiras observações, as quais se tornaram críticas contundentes à moral religiosa que impunha o medo acima de quaisquer liberdades e a caridade acima da solidariedade. A educadora lamentava pela educação sistematizada em dogmas rígidos, que apagavam as individualidades sem, ao menos, estimular a solidariedade entre os sujeitos, acirrando a competição. Sobre as escolas católicas Maria Lacerda de Moura, declara:

As irmãs de caridade desconhecem a Cristo. Conhecem apenas o cristianismo clerical.  
 Dói-me o coração quando penso nesses inúmeros e grandes Colégios religiosos das Irmãs de Caridade e freiras e santos Padres espalhados por todo orbe a poluir as almas das crianças.  
 Que o diga Mirbeau.  
 Que o diga Flaubert e todos os de caráter incorruptível que passaram pela vacinação católico-romana.  
 Tudo ali é estagnação, é anacrônico, é teratológico, porque é contra as leis naturais da evolução das nossas forças latentes.  
 É uma adaptação monstruosa para sufocar o eu interior e despertar virtudes cristãs como a hipocrisia, a humildade falsa do orgulho e da vaidade, a deslealdade, a astúcia maquiavélica, o falso pudor e a elasticidade da consciência, apta a se adaptar a todas as torpezas — para a maior glória de Deus e da Igreja.  
 É o estímulo à delação, à fraude, à mentira, disfarçado na sua lógica de sofismas.  
 Que perversidades condenadas em uma hábil organização, para sufocar a alma da criança!  
 Que esforços admiráveis para emparedar a criatura dentro de si mesma, adormecer a razão, sufocar a liberdade interior, despertar a natureza interior dos seres humanos! (2020, p.107).

Em notas do livro **Civilização, troncos de Escravos**, publicado pela primeira vez em 1931, Maria Lacerda insere a sua experiência na escola católica, como aluna e ainda criança, de maneira particularizada, para retratar o cenário das suas críticas ao clero, especialmente a inserção deste na educação escolar:

Durante 4 anos frequentei também o Colégio de Irmãs de caridade — dos 6 aos 10 anos, e bastou esse tempo para eu conhecer de perto o que são as escolas desse gênero.

As diferenças de critério para “julgar” e “castigar” os atos inocentes das meninas ricas e das pobres, das brancas e das “de cor”, tudo olhado com severidade do pecado e do inferno — esse bicho papão de olhos esbugalhados noite e dia em cima da nossa infância envenenada pelo medo — a consideração especial em torno das alunas de famílias ricas e filhas de políticos, a exploração das meninas de cor a serviço das outras — é inacreditável como dentro do século do rádio e da relatividade, de Mme. Curie e de Einstein, de Romain Rolland e de Han Ryner, ainda seja esta educação medieval a que se ministra às crianças e à juventude! (2020, p.107)

Embora essa primeira experiência como aluna de uma escola católica tenha marcado definitivamente a sua trajetória e, posteriormente, contribuído para o discurso anticlerical da educadora, é importante refletirmos sobre o período em que Maria Lacerda tece tais críticas. Neste momento, a Igreja Católica influenciava de maneira quase hegemônica: os costumes, as tradições, a moral e até os arranjos políticos em toda a sociedade brasileira, Mesmo que tenham perdido algum espaço nas escolas com a instalação da República. Portanto, as críticas de Maria Lacerda de Moura não se sustentavam apenas na sua própria experiência, durante a infância, mas também se fundamentavam em observações sobre a dinâmica social da qual fazia parte. Sobre o período em questão, Magaldi relata:

Nos anos 1920, quando o documento papal veio a público, ações diversas já vinham sendo conduzidas, congregando intelectuais e educadores católicos que, capitaneados pela hierarquia da instituição, constituíram um amplo movimento tendo como eixo de luta a retomada do espaço perdido pela Igreja Católica na sociedade e na educação brasileira, a partir da afirmação do regime republicano. Com a República, havia sido instituída a separação entre Estado e Igreja Católica no país e a laicidade da educação pública, situação que marcava uma ruptura significativa com um longo passado educacional, caracterizado pela presença central do catolicismo, estimulando a organização de setores católicos empenhados no retorno do ensino religioso às escolas públicas brasileiras. Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a que se seguiu um quadro de indefinição quanto aos rumos da política educacional, acirraram-se as tensões entre esses setores católicos e o grupo de educadores vinculados ao movimento da Escola Nova, que também assumia expressão crescente na época. Os “escolanovistas” posicionavam-se fortemente, então, em defesa de uma escola pública laica, além de obrigatória, gratuita e comum a todas as crianças e jovens, ponto de vista que aproximava educadores que compuseram um movimento de viés bastante plural (2019, p. 143 – 144).



No entanto, Magaldi recorda que nessa disputa entre os dois grupos, o primeiro saiu vitorioso, “Nesse enfrentamento, o movimento católico obteve uma importante vitória, com a edição, por Vargas, de um decreto reintroduzindo o ensino religioso nas escolas públicas, em abril de 1931” (2019, p. 144).

Havia uma cultura religiosa fortemente arraigada em outras instituições, para além da escola, a família, o trabalho e a política também eram influenciados por uma tradição Católica Apostólica. Sobre essa influência nos costumes, vejamos o trecho do periódico, **Correio da Manhã**, de 08 de novembro de 1925, cujo título é **A Mulher** e tem autoria de Francisco de Noronha:

Não quero negar à metade gentil do genero humano o merito intelectual de que tem dado evidentes provas em todos os ramos da actividade; isso seria desconhecer a história e tentar iludir-me relativamente aos factos. *Contra factos não há argumentos*: disse-o a sabedoria das nações. E ahi vão sendo transmitidos de idade em idade os nomes inolvidaveis de muitos seres femininos que attingiram proporções grandiosas e até não foram excedidos pelo sexo forte.

Nenhuma dúvida existe porém de que taes casos constituem excepções honrosas á genealidade e de que o campo adequado á mulher, a sua esphera legítima e genuína, é no seio da família, no lar doméstico.

Que importam os seus feitos arrojados e dignos, os diplomas justamente alcançados por mulheres guerreiras ou escriptoras, que apenas poucos conheceram e admiraram, e cujo valor intrinseco se extinguiu rapidamente com a morte dellas?

Não são de ordinario, os sucessos ruidosos aquelles de que deriva maior somma de bens para os povos, nem os mais uteis a ensinamento íntimo na educação. (...)

Quão mais proveitosa, humanamente falando, é a vida da mulher que assim comprehende o seu papel social, do que a das literatas e das philosophas? (...)

A palavra do Salvador restituiu outr’ora ás alegrias íntimas da consciência tranquila, a mais celebre pecadora de todas as edades. E a Magdalena, tocada a tempo pelo arrependimento, ficou patente á contemplação da humanidade, que a respeita. Pois bem, vós senhoras que me lêrdes, inteligentes, opulentas ou remediadas, emprehendi espalhar pelas menos favorecidas da fortuna a instrucção religiosa, procurae levar ao animo das mais infelizes de todas, o orvalho purificante da compunção que rehabilita e regenera; terei assim merecido o applauso da justiça da terra e as benções de Deus (1925, p. 08).

Francisco Noronha (1925) não se dirigiu a qualquer mulher quando escreveu esse texto, mas àquelas letradas com acesso a pelo menos um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro de então. Poderiam ser mães, futuras mães, patroas e mesmo professoras,

que, por recomendação de Noronha, deveriam instruir outras mulheres com a perspectiva cristã.

Um homem — cujas instruções do papel feminino ratificam a moral cristã, inclusive, com exemplos de personas bíblicas — tem um grande espaço no jornal de domingo para defender que as mulheres se restrinjam aos espaços domésticos como uma valiosa contribuição às nações, porque esta era a ideia vigente. Não há estranhamento algum, desse modo, quando argumenta que os grandes feitos femininos serão esquecidos após a morte de cada uma das autoras. Não é levantada nenhuma hipótese de o mesmo não acontecer com a história masculina; e não há porque era algo naturalizado. A história da civilização era a história do homem, legitimada também pela interpretação dos escritos sagrados.

Sobre a influência da Igreja na educação Maria Lacerda de Moura, ainda denuncia:

Clero e Capital, Governo e Militarismo dão-se as mãos em uma aliança incondicional através do “freio” religioso posto na mulher e através da educação da infância, na qual a sabedoria sacerdotal põe toda a sua ciência maquiavélica, amoldando, cinzelando, burilando e imprimindo na alma da criança e da juventude o selo infame que azinhavra as consciências, amordaça a mente, envenena os sentimentos de prejuízos e convenções e ídolos que constituem o maior e mais sério empecilho à evolução humana. (2020, p.108)

Possivelmente, as opiniões e argumentos contrários à igreja custaram à educadora, empregos, relações sociais e familiares. Maria Lacerda de Moura sofreu forte perseguição por intelectuais que ironizavam os seus escritos e menosprezavam as suas ideias, já que ela não teve acesso a estudos mais eruditos. Foi considerada inimiga da pátria e teve sua prisão decretada no início da década de 1930, além de frequentemente ter seu nome ligado às maledicências, o que fatalmente reverberava em familiares e amigos próximos. Sobre esses percalços Lessa relata, “Em 1912, enviou suas primeiras crônicas para um jornal local. Entrou em conflito com os seus familiares, assim que começou a publicar suas ideias, eles a censuravam pedindo moderação e reserva” (2020, p. 27). Lessa descreve ainda as dificuldades que Maria Lacerda enfrentou, inclusive no final da sua vida, com uma rotina isolada, solitária e uma voz esmaecida, longe dos microfones e dos seus pares:

Sua morte, como os últimos anos de vida no Rio de Janeiro, foi silenciosa e solitária. Sua partida não causou alarde nem motivo para ela ou suas ideias serem lembradas durante um longo tempo. Ela foi esquecida e silenciada na história política e intelectual brasileira, marcada por uma sequência de governos ditatoriais e autoritários. Não é de se estranhar que tenha sido possível a revisão de sua obra no momento de Redemocratização do Brasil, nos anos de 1980. Antes disso, ser ou mesmo escrever sobre anarquismo era muito arriscado, as pessoas eram perseguidas, torturadas e mortas. (2020, p.26 - 27)

A comunidade rural de Guararema em que Maria Lacerda se refugiou, entre o final da década de 1920 até 1937, foi alvo da ditadura Vargas. Por isso, algumas pessoas que viviam no local foram presas e outras, como a própria Maria Lacerda, empenharam fuga. Mesmo a saída de Barbacena, quando migrou para São Paulo em 1921, é fruto da rejeição da sua presença que passou a experimentar no município mineiro: Segundo Lessa, a vida de Lacerda em Barbacena estava ficando difícil por conta das suas leituras espíritas e a sua orientação anticlerical, bem como pelas suas posturas feministas muito avançadas para a época, e sobretudo, para o contexto de uma cidade do interior. Mas ainda assim, a pensadora defendeu o direito e o dever da voz dissonante:

Quando na minha pátria, o Clero se intromete nos negócios públicos e pretende dominar e tiranizar — devo protestar, devo resistir — em nome do livre pensamento, em nome da consciência livre.  
Somos a ponte entre duas épocas.  
Somos o marco entre duas civilizações.  
O silêncio, agora, é conivência.  
Carregamos o peso morto do cadáver insepulto dos dogmas e da superstição. (Moura, 2018, p.168)

Mesmo atualmente, inserir instituições religiosas tradicionais em quaisquer debates é algo delicado, pois há popularmente uma dificuldade em desagregar a instituição cristã da figura de Cristo ou de seus fiéis. Maria Lacerda era combatente da invasão dos dogmas religiosos em outras esferas da sociedade, mas creditava importância às descobertas espirituais dos sujeitos; sem temores e sem amarras. A autora via como nociva a relação estreita entre a Igreja e o capital, e acusando a primeira de ter na educação um utilitário para a manutenção dos privilégios de determinados grupos sociais. Por isso, a laicidade da educação foi um dos maiores propósitos de sua vida e um dos temas mais presentes em sua obra.

### 3.3 Antifascismo

A outra temática recorrente na obra de Maria Lacerda e a que marca o seu nome definitivamente na história brasileira é a sua luta contra o fascismo, que ela viu nascer nos países europeus, ganhar espaço, visibilidade e adeptos e chegar até ao Brasil, especialmente, com a criação do Movimento Integralista.

Maria Lacerda de Moura era pacifista e antiautoritária, as duas características são fundamentais para entendermos a sua batalha pessoal e intelectual contra os movimentos fascistas. Em sua obra, **Fascismo: o filho dileto da igreja e do capital**, de 1935, o pensamento lacerdiano se estruturou na relação entre o capitalismo, que para a pensadora era potencialmente fascista, com a igreja, como instituição, novamente, e não crença. A autora lançou mão de um histórico em que associou a Igreja e o fascismo e de como eles se apoiaram ao longo da história, apontou alguns princípios nazistas que se assemelhavam à inquisição, além da perseguição à ciência e às artes, em ambos. Maria Lacerda demarcou a importância da educação para que o projeto fascista<sup>15</sup>lograsse sucesso:

Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator tempo para suggestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. Para isso, reivindicou sempre o direito à educação. Foi através da escola que chegou a reduzir a razão humana à expressão de zero. (2018, p.25)

Nesta mesma obra, Maria Lacerda analisou o racismo escravocrata da Igreja, o medo e a violência que faziam parte das escrituras eleitas pelos Concílios. Apontou também as execuções, perseguições e o machismo que predominam no livro do Antigo Testamento e de como as interpretações e utilitarismo desses escritos perpetuaram uma cultura de ódio, violência e silenciamento das mulheres. A educadora demonstra como os estados fascistas se utilizam dos elementos e dogmas religiosos, disseminados pela educação e entranham nos modos de pensar e agir da sociedade em geral, desta maneira legitimam, perpetuam e expandem o seu poder. Sobre essa relação, Maria Lacerda destaca:

---

15 Ao projeto fascista denominamos um conjunto de características de uma sociedade totalitária, entre elas: o culto às tradições, o nacionalismo, a xenofobia, o elitismo e o livre mercado.

A escola falsifica a história, e, cautelosamente, oculta os crimes, o cinismo, a libertinagem, a cupidez e a voracidade do Clero em violar a alma humana. A mulher, apaixonada, exaltada, emotiva e domesticada até o servilismo — é intermediária entre o padre e a sociedade, entre a Igreja e a criança e a sua missão consiste em estar a serviço da ignorância, do crime da superstição, do fanatismo, da intolerância obstinada e irreduzível, e, por fim, presta-se a esmolar para encher os cofres da Igreja toda poderosa, Mascarada de pobreza e humildade. (2018, p.31)

O dogmatismo religioso educa para a obediência e o servilismo, o medo do juízo final e a tendência a limitar as verdades — a crença na verdade única. E é disso também que o fascismo se alimentou e propagou nas sociedades nas quais teve aderência. A relação que Maria Lacerda propôs nos parece ainda mais legítima anos depois do lançamento da sua publicação. As músicas, os gestos, o nacionalismo fanático, a demonização do outro, a educação impositiva desde a mais tenra idade, os rituais, o desejo de aniquilação do cientificismo e de qualquer ideologia, prática ou opinião que pareça ameaçar os propósitos divinos ou nacionais são características que aproximam a Igreja histórica dos movimentos fascistas.

Segundo Eco (2018) ao contrário do que comumente se pensa, o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria. Um artigo sobre o fascismo, assinado por Mussolini para a **Enciclopédia Treccani** foi escrito ou inspirado notadamente em Giovanni Gentile e refletia uma noção hegeliana de “estado ético absoluto”, ao qual Mussolini nunca alcançou completamente. “Mussolini não tinha qualquer filosofia: tinha apenas uma retórica. Começou como ateu militante, para em seguida assinar a concordata com a Igreja e confraternizar com os bispos que benziavam os galhardetes fascistas”. (2018, p.24). Para Eco, o fascismo italiano pode ser entendido como a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu, para então, ter uma espécie de arquétipo reproduzido em outros países. O filósofo italiano discute, ainda, as especificidades éticas e estéticas do movimento de extrema direita:

O fascismo italiano foi o primeiro a criar uma liturgia militar, um folclore e até mesmo um modo de vestir — conseguindo mais sucesso no exterior que Armani, Benetton ou Versace. Foi somente nos anos 1930 que surgiram movimentos fascistas na Inglaterra, com Mosley, e na Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até na América do Sul, para não falar da Alemanha. (2018, p.24)

Eco defende, que existiu apenas um nazismo, não sendo possível a sua reprodução em outros contextos ou espaços. Já o fascismo, a ele outras características se somaram, foram apagadas ou adaptadas, porque “O fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (2020, p.27).

Embora Maria Lacerda, Eco e tantos outros teóricos dos diversos tempos e espaços associem Igreja e Fascismo, Hobsbawm a relativiza. Lembra, inclusive, que muitos setores da Igreja repudiaram o Fascismo.

Assim, a Igreja Católica Romana, profunda e inflexivelmente reacionária como era em sua versão oficial consagrada pelo primeiro Concílio Vaticano de 1870, não era fascista. Na verdade, por sua hostilidade a Estados essencialmente seculares com pretensões totalitárias, veio a sofrer a oposição do fascismo. Mas a doutrina do “Estado corporativo”, melhor exemplificada em países católicos, foi em grande parte elaborada em círculos fascistas (italianos), embora estes, é claro, tivessem recorrido à tradição católica para fazê-lo. Esses regimes chegaram a ser chamados de “clerical-fascistas” e fascistas em países católicos às vezes vinham diretamente do catolicismo integricista, como no movimento *rexista* do belga Leon Degrelle. A ambiguidade da atitude da Igreja em relação ao racismo de Hitler já foi tantas vezes comentada; com menos frequência observou-se a considerável ajuda dada após a guerra por pessoas de dentro da Igreja, às vezes em posições importantes, a fugitivos nazistas ou fascistas de vários tipos, inclusive muitos acusados de horripilantes crimes de guerra. O que ligava a igreja não só a reacionários anacrônicos mas aos fascistas era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o “comunismo ateu”. (1995, p. 118)

O fascismo desumaniza o outro, o inimigo é qualquer um que não esteja ao seu lado, por isso a retórica da batalha do bem contra o mal — os outros sempre são os vilões que devem ser combatidos — e a figura de um enviado por Deus são tão presentes. Sobre o fascismo Hobsbawm, sintetiza:

O cimento comum desses movimentos era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um lado, e os crescentes movimentos trabalhistas, do outro. Ou que, na melhor das hipóteses, os privava da posição respeitável que tinham ocupado na ordem social numa sociedade dinâmica e que achavam que tinham direito a aspirar. (1995, p. 123)

Para o surgimento e crescimento posterior do fascismo em um país, Leandro Konder, pressupõe: “uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas” (2009. p.53). No Brasil, o fascismo foi corporificado pelo Movimento integralista brasileiro, ao qual Maria Lacerda se opôs fortemente, em manifestações escritas — em suas colunas semanais — eventos organizados em repúdio ao florescimento do mesmo.

Após apresentar o que considero como os três grandes temas da sua produção escrita, no próximo capítulo proponho uma reflexão sobre as condições históricas em que as ideias da pensadora se constituíram, especialmente, no chamado Estado Novo e da relevância que se constituem em um cenário extremamente reacionário e autoritário.

#### **4 “A mulher é uma degenerada” — Disputas discursivas em um Estado Autoritário (1930 – 1945)**

Ao abordar uma obra contundente como a de Maria Lacerda de Moura, cujas questões levantadas e pensamentos têm perspectivas notadamente políticas, entendo que localizá-la no tempo e espaço é fundamental para uma compreensão sobre seus impactos. A partir dessa premissa o meu esforço se torna em apresentar um panorama do ambiente social e político em que as ideias de Maria Lacerda de Moura reverberam de maneira mais radical, o Estado Novo.

Caracterizado como um governo autoritário, o terceiro Governo Vargas e a sua Constituição são exemplos do que ocorria no contexto internacional. Na década de 1930, o Brasil observava e, de alguma forma, era influenciado pelo que acontecia nos países europeus, especialmente na Alemanha e na Itália. Porém é necessário destacar que há especificidades do regime estadonovista com relação aos regimes totalitários fascistas. Ainda assim, há um alinhamento com posturas e modelos autoritários, através da tentativa de controle dos meios culturais e educação, inclusive com a legitimação de intelectuais do Estado Novo que defendiam a democracia autoritária como forma de um “Estado humano e protetor” (Velloso, 1987).

Segundo Lilian Schwarcz e Heloísa Starling (2015), o Brasil é fundado a partir da violência e carrega um legado de autoritarismo e brutalidade. Último país a abolir a escravidão, o Brasil segue como uma sociedade desigual e estruturalmente racista. Para as autoras, “Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a escrever o presente. A experiência da violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação”. (2015, p. 14).

Desde a invasão do território brasileiro pelos portugueses, passando pelos dois impérios, pela instalação da República e pelos governos democráticos, o país é marcado por uma perspectiva de exclusão e, em alguns momentos, a violência do autoritarismo parece mais visível e apoiada por esquemas discursivos, que se baseiam no medo de inimigos fabricados, e partir de tais esquemas há uma convivência de parte da sociedade.

A relação da igreja e dos militares nas decisões políticas do país, por exemplo, é uma marca histórica, a qual Maria Lacerda expõe na maior parte da sua obra; além dos impactos negativos da escravidão e do patriarcado. Os militares permanecem muito próximos do poder, mesmo quando não governam efetivamente e, possivelmente, essa



visão prevaleceu na maior parte do trabalho escrito e pensamento crítico de Maria Lacerda de Moura.

Ao eleger, nessa pesquisa, os governos varguistas, em especial o chamado Estado Novo, para circunscrever parte da obra escrita da educadora, além de ser possível identificar o tripé Lacerdiano, é importante pensarmos o quanto tais temas se relacionavam diretamente com o cenário histórico e social em que está inserido. Embora grande parte da obra de Maria Lacerda tenha sido articulada, publicada e alcançado repercussão nos dois primeiros governos Vargas (Governo Provisório, de 1930 até 1934 e Governo Constitucional, de 1934 até 1937), é possível pensar no Estado Novo (de 1937 até 1945) como o período culminante do autoritarismo e, portanto, quando as críticas da escritora se tornam ainda mais relevantes.

Getúlio Vargas construía uma carreira política linear, foi deputado estadual, deputado federal, líder da bancada do estado do Rio Grande do Sul no Congresso e ministro da Fazenda de Washington Luís, entre 1926 e 1927 — a quem destituiu do poder, em um golpe orquestrado por dissidentes da aliança entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais em 1930 — quando tem sua candidatura à presidência do Brasil lançada.

Getúlio Vargas era filho de criadores de gado no extremo oeste do Rio Grande do Sul, suas ideias políticas foram formadas na tradição da ditadura republicana dos positivistas<sup>16</sup> gaúchos e a proposição do seu nome para a “Aliança Liberal” foi fruto do rompimento do acordo tradicional entre Minas Gerais e São Paulo de intercalarem seu apoio para a presidência entre os dois estados. Quando o paulista Washington Luís declara seu apoio publicamente ao presidente de São Paulo Júlio Prestes, o rompimento da aliança torna-se evidente e novas configurações políticas mostram-se inevitáveis. Vejamos como o fato é descrito por Lilian Schwarcz e Heloísa Starling:

Em maio de 1928, o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, elegante e em traje de gala, compareceu à cerimônia de inauguração da estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo — um grande momento para a administração de Washington Luís. Antônio Carlos subiu no palanque, acomodou-se ao lado do presidente da

---

16 Em 1891, a constituição estadual é promulgada no Rio Grande do Sul, considerada uma grande vitória dos positivistas, ela institucionalizava a ditadura e tornava ilegal qualquer tentativa de tomada do poder estadual pela oposição. Segundo Targa (2004), a constituição positivista riograndense oferecia um quadro jurídico bastante peculiar à gestão pública como, por exemplo, impedir, a partir do aparato da própria instituição, qualquer acesso da oposição ao poder de Estado; oferecer instrumentos para facilitar a implementação do projeto político dos governantes vigentes e estabelecer e reforçar a legitimidade deste governo.

República e, no primeiro discurso que ouviu, ficou chocado. O orador deixou a sutileza de lado e bateu firme na tecla da sucessão: saudou o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como “o futuro presidente da República”. Antônio Carlos posava de aristocrata, sua família tinha fundas raízes na luta de Independência — era descendente direto de José Bonifácio, o conselheiro que tanto influenciara d. Pedro I em sua regência —, e fazia política à moda de Minas: entendeu o recado, voltou para Belo Horizonte e foi conspirar. Um ano depois, em junho de 1929, quando Washington Luís finalmente oficializou a candidatura de Júlio Prestes, Antônio Carlos mandou avisá-lo de que os mineiros já estavam comprometidos com outro candidato — e de oposição. Foi preciso gastar muita lábia, mas Antônio Carlos fez sua parte: abriu mão da própria candidatura, defendeu a necessidade de um alinhamento de forças regionais não associadas ao café e propôs a composição de um arco político amplo, capaz de abrigar toda sorte de dissidências — inclusive os tenentes revoltosos da década de 1920. Nos dois estados que aceitaram formar com Minas a candidatura de oposição — Rio Grande do Sul e Paraíba —, as elites estavam longe de identificar o país somente com o café, e seus interesses tendiam a dar prioridade ao mercado interno (2015, p.453).

Com o rompimento da “política do café-com-leite”<sup>17</sup>, dois candidatos de estados que, por anos, tiveram menor influência no poder central do país, formam a chapa de oposição. O Rio Grande do Sul tem o nome de Getúlio Vargas como candidato à presidência e a Paraíba tem em João Pessoa sua candidatura à vice. Portanto, Vargas aparece como resposta a uma traição, ao rompimento de um arranjo político tradicional, a partir de um desgaste que a historiografia mais recente aponta como inevitável, já que forças de outros estados sempre tiveram importância significativa nos processos de decisão política do país. A “Aliança Liberal” parecia representar um avanço na gestão pública, um novo jeito de governar, a alcunha “Liberal”, inclusive, carregava mais um sentido de modernização econômica, a partir de uma perspectiva de industrialização do que qualquer outro sentido, como nos costumes, por exemplo. Outras relevantes pautas eram trazidas pela chapa de oposição, como a incorporação de novos grupos sociais ao poder republicano — até então monopolizado pelas oligarquias rurais tradicionais — e o enfrentamento das questões dos direitos sociais como os direitos trabalhistas, a proteção ao trabalho infantil e feminino e a criação do salário-mínimo.

---

17 A chamada “política do café-com-leite” é uma das teses mais consolidadas da historiografia brasileira, construída a partir das análises sobre o Estado Oligárquico (1889 —1930), a referida tese explica a aliança entre as duas oligarquias brasileiras, uma produtora de café (São Paulo) e a outra de leite (Minas Gerais), que se alternavam na presidência do Brasil. Viscardi (2001), buscou revisar a explicação fundante da tese, que é da manutenção do poder das elites dos dois estados. A hipótese central da historiadora é a de que tal política teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os dois estados politicamente mais destacados da Federação, impedindo que hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse permitida.

Embora essa nascente perspectiva renovada apontasse para a possibilidade de uma república menos restrita e antiquada, a “Aliança Liberal” foi derrotada nas urnas e Júlio Prestes, o presidente de São Paulo, apoiado pelo então presidente Washington Luiz, também paulista, saiu vitorioso. Lilian Schwarcz e Heloísa Starling, relatam:

Júlio Prestes tinha o apoio ostensivo de Washington Luís e dos poderosos cafeicultores paulistas. Além disso, o presidente mobilizou a favor de seu candidato a força política de dezessete presidentes estaduais, com autonomia para definir seus próprios métodos de obtenção de votos. Como de costume, as fraudes, o suborno e as coerções eleitorais ocorreram dos dois lados, em todo o país, inclusive nos três estados que sustentavam a composição oposicionista. O sistema político era um ciclo fechado e o resultado da eleição, previsível, espetava Sinhô, o mais ilustre compositor popular desse período e um entusiasta da candidatura de Júlio Prestes, a quem conheceu pessoalmente em São Paulo, numa festa dada por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Cada um se conformasse com sua sina, tripudiava o sambista, nos versos de uma marchinha carnavalesca de sucesso entre os foliões de 1930: “Eu ouço falar/ Que para nosso bem/ Jesus já designou/ Que seu Julinho é quem vem”. Sinhô sabia bem o país que cantava. Abertas as urnas, Júlio Prestes foi declarado vencedor: 1091709 de votos contra 742794 dados a Getúlio Vargas. Em São Paulo, a derrama de votos no candidato da situação foi escandalosa: 350 mil contra 30 mil (2015, p.456).

Ao final da apuração de votos, as acusações de fraude explodiam, mas prová-las não era possível, já que o sistema eleitoral era bastante instável e os recursos para tal feito quase inexistentes. Getúlio Vargas congratula Júlio Prestes pela vitória no pleito e quando tudo parecia seguir a normalidade de um estado democrático, as diversas forças que compunham a “Aliança Liberal” acenam para a instabilidade de um golpe. Entre os grupos da aliança que apoiou a candidatura de Vargas, havia um grupo de oficiais subalternos, remanescentes das intervenções militares de 1920<sup>18</sup>, insatisfeitos com a diferença de privilégios nas Forças Armadas e o pouco prestígio destinado a eles. Segundo Schwarcz e Starling (2015), a aproximação entre jovens oficiais e os líderes civis da oposição, que não aceitavam os resultados das urnas foi letal para o governo de Washington Luís. A “Aliança Liberal” concentrou uma diversidade de grupos insatisfeitos com a consolidação da hegemonia do poder oligárquico e a deflagração de um golpe era inevitável. Enquanto Getúlio Vargas voltava à presidência do Rio Grande do Sul, a conspiração seguia, mas a investida armada planejada não decolava. Com o assassinato de João Pessoa — vice de Vargas na “Aliança Liberal” e presidente da Paraíba — o

---

18 O Tenentismo foi um movimento político de insubordinação, liderado por militares rasos que se mostravam insatisfeitos com o sistema político brasileiro, com a hegemonia das oligarquias, especialmente no interior, onde as desigualdades sociais eram mais evidentes durante a Primeira República do Brasil.

pretexto para desestabilizar ainda mais a recente eleição foi fundamental. Embora, a princípio, o assassinato não tivesse motivação política, mas pessoal, correligionários, grupos diversos da “Aliança Liberal” e oportunistas, que se mantinham à espera de uma reviravolta, se empenharam em atribuir à Washington Luís um levante armado contra João Pessoa, na Paraíba, e seu posterior assassinato. O levante aconteceu no município de Princesa e eclodiu cinco meses antes do assassinato do presidente da Paraíba, em fevereiro de 1930. O autor da morte de João Pessoa, João Dantas, era aliado do coronel José Pereira, líder do levante que resultou na declaração da independência de Princesa do estado da Paraíba, por isso era possível imputar o crime como de ordem política. O certo é que o movimento em Princesa não ficou restrito à região, mas se espalhou e ganhou dimensões nacionais, com adesão de grupos que mantinham sua oposição à oligarquia, agora, paulista. Sobre o levante, Schwarcz e Starling, descrevem:

Além de avançarem pelo sertão, os rebeldes receberam apoio de fora: recursos, informações e armamento chegavam regularmente até Princesa, vindos de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e, é claro, do governo de São Paulo, interessado em desestabilizar João Pessoa. De olho nos acontecimentos, Washington Luís aguardava o momento certo para decretar a intervenção no estado, deslocar forças federais para a Paraíba e liquidar com a principal base da Aliança Liberal instalada no Nordeste. Também se maquinava em Belo Horizonte e Porto Alegre, só que, nesse caso, a favor de João Pessoa. Tanto o Rio Grande do Sul quanto Minas Gerais arrumaram um jeito de enviar munição para abastecer a Força Pública da Paraíba: milhares de cartuchos foram acondicionados em latas de compotas de ameixas secas e pêssegos em calda, enfiados em barris de sebo ou enrolados entre fardos de charque. Num rompante, Antônio Carlos despachou o avião monomotor *Garoto*, da Força Pública mineira, para despejar bombas caseiras sobre Princesa, bem como uma chuva de panfletos conclamando os rebeldes à rendição (2015, p. 459).

Logo, essa sequência de episódios descrita serviu como pretexto para a “Aliança Liberal” se colocar, novamente, como um empecilho ao governo eleito, e em 3 de outubro de 1930, a revolta cívico-militar tem seu início. “A ação armada foi desfechada simultaneamente em Minas e no Rio Grande do Sul, eclodiu com algumas horas de atraso na Paraíba” (*Ibidem*, 2015, p.460). Somente no dia 10 de outubro, o presidente ainda em exercício, Washington Luís decide informar aos brasileiros que o governo enfrentava uma revolta.

O cenário era ruim, e as medidas que adotou se mostraram pouco eficazes para atacar o desastre que se abateu sobre seu governo: estado de sítio, censura aos jornais, feriado por decreto até 21 de outubro — para impedir uma corrida aos bancos —, convocação de reservistas e o início de uma campanha cívica de repressão ao boato. Além disso, caía rapidamente o número de militares legalistas e tanto o Exército quanto a Marinha reconsideravam sua lealdade ao governo federal. Os comandantes militares também precisavam intervir antes que a tropa fosse derrotada pelos rebeldes ou a disciplina e a hierarquia acabassem subvertidas diante do alto número de deserções em apoio à Aliança Liberal (Schwarcz e Starling, 2015, p.462).

O governo de Washington Luís não resistiu, Júlio Prestes não chegou a tomar posse e é nesse cenário que pela primeira vez Getúlio Vargas está à frente do poder maior do Brasil.

Em 3 de novembro, a Junta Governativa Provisória, formada por dois generais — Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto — e um contra-almirante — José Isaiás de Noronha —, entregou o poder a Getúlio Vargas. A Primeira República estava encerrada, e a Revolução de 1930, como a rebelião ficou conhecida, tornou-se um marco decisivo para os historiadores — menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país (Schwarcz e Starling, 2015, p. 463).

É nesse cenário de conchavos políticos tradicionais, com a participação dos militares, disputas armadas, insurreições patrocinadas, repressões coordenadas e acusações trocadas que o Governo Provisório de Getúlio Vargas é instalado e Maria Lacerda de Moura tem muito o que falar; sobretudo sobre as violações aos menos favorecidos, que em qualquer conflito são os que mais sofrem e sobre a interferência do militarismo às formas de vida.

Portanto, deixar evidente em que contexto ela escreve e publica a sua obra é uma maneira de destacar ainda mais a importância da sua escrita. Quando Maria Lacerda denuncia a sociedade patriarcal bélica, ela fala a partir de uma perspectiva muito próxima, porque está vivenciando e testemunhando esse processo histórico e, ainda, podemos compreender como um alerta ao estreitamento dessas opressões.

O Governo Provisório ou o Primeiro Governo Vargas é fruto de um conflito intenso entre grupos oligárquicos, um mais hegemônico e outro que estava insatisfeito em não ter maior participação. Portanto, foi o que Viscardi (2001) denominou de “instabilidade na estabilidade”, ao descrever o rompimento da aliança entre paulistas e mineiros. Não eram

grupos tão opostos assim, ainda eram homens brancos, detentores de terras, ávidos por mais poder, também apoiados por outras elites, e sem uma agenda que incluísse democraticamente os milhões de negros, mulheres e analfabetos brasileiros.

Getúlio Vargas e a “Aliança Liberal” colocam fim à Primeira República através da força, também de um aparato ideológico, utilizado historicamente pelos mais diferentes estados, partidos e grupos e, por isso, a luta a partir da escrita também é uma ameaça às elites. Nesse sentido, apresentarei algumas características dos três Governos Vargas e as produções escritas de Maria Lacerda, no mesmo período.

#### **4.1 O Governo Provisório (1930 — 1934) e o *Serviço Militar para as mulheres? Recuso-me! Denuncio! (e outros escritos...)***

Após a investida cívico-militar decisiva para a história brasileira, à qual Vargas só aderiu quando ela já estava mais estruturada, o governo executivo torna-se provisório, mas com plenos poderes, e traça uma forte intervenção no sistema que ajudou a colocar fim, com o intuito de não ter a sua transição prejudicada. Afinal, já tinham conseguido depor o presidente que havia eleito o seguinte e contavam com um apoio expressivo de grande parte da sociedade brasileira. Entre as medidas tomadas estavam:

O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Assembleias Municipais foram dissolvidas, os políticos eleitos durante a Primeira República perderam seus cargos, os presidentes dos estados foram substituídos por interventores, a imprensa de oposição foi censurada — pela primeira vez, desde a Constituição de 1824, todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos (Schwarcz e Starling, 2015, p. 463).

Vargas não podia deixar o poder, duramente conquistado, ser colocado em risco, sabia que novas eleições poderiam colocar em risco a sua condição (empossado sem ser eleito), uma vez que os arranjos estaduais eram mantidos sem nenhuma modificação. E a maneira de fazer política nos estados é que garantia a eleição de um representante das oligarquias tradicionais; e para isso o voto de cabresto<sup>19</sup> era uma prática naturalizada. E é por isso que o presidente provisório propõe um programa de reformas sociais, políticas e administrativas contundentes. Vargas percebe que tem a chance de colocar em prática o seu

19 Voto de cabresto era uma das formas mais comuns de controle das eleições pelos coronéis, que o utilizavam para eleger o político com quem tinham relações mais estreitas ou algum tipo de arranjo mais específico. O voto aberto permitia ao coronel coagir os trabalhadores das fazendas a votarem no candidato da escolha do seu patrão.

projeto liberal de modernização da economia brasileira, mas para tanto também precisaria do apoio das massas.

Seja como for, Vargas, já no discurso de posse, apresentou um programa reformista radical. A agenda incluía quase todos os pontos defendidos pela Aliança Liberal, e foi implementada através de uma profusão de decretos: anistia aos tenentes, remodelamento do Exército, criação dos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Educação e Saúde Pública, reforma do ensino e da educação pública. Um assunto dominava a atenção de Getúlio: a política trabalhista. Foi nessa área que ele mostrou quem era e a que viera. Dividiu sua política em duas metades. Numa, criou as leis de proteção ao trabalhador — jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria. Na outra, reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado — sufocou, com particular violência, a atuação dos comunistas. Para completar, liquidou com o sindicalismo autônomo, enquadrando os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho. O governo era provisório, e Getúlio não conversava sobre dois assuntos: a convocação de uma Assembleia Constituinte e a data para uma nova eleição presidencial (Schwarcz e Starling, 2015, p. 464).

Mas as reformas propostas por Vargas não eram suficientes se não houvesse ao menos uma expectativa de democracia, afinal, romper com a República Velha consistia, na proposta da “Aliança Liberal”, em respeitar a soberania da decisão do povo. Por isso, Vargas propõe, ainda sem falar em novas eleições, um novo código eleitoral, com a criação da Justiça Eleitoral e o voto secreto. Ou seja, os currais eleitorais estavam com os dias contados, afinal o processo eleitoral ficava sob responsabilidade de juízes profissionais e o acesso aos gabinetes de votação era individual. Neste conjunto de reformas o voto feminino também é aprovado.

O novo código também reconhecia uma conquista formidável das mulheres: o direito de votar e de serem votadas. Em diversos estados, os rebeldes receberam o apoio de batalhões femininos que atuaram intensamente na retaguarda do movimento armado de 1930 — o Batalhão Feminino João Pessoa, por exemplo, foi obra de uma advogada mineira de 23 anos, Elvira Komel, e alistou cerca de 8 mil mulheres distribuídas por 52 cidades. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 465)

Enquanto isso, lembremos que o golpe que levou a instalação do Governo Provisório foi com a intervenção dos dissidentes das Forças Militares e que a tentativa de

o impedir também teve a participação da força militar oficial legalista. Ou seja, eram grupos armados, combatendo outros grupos armados. É nesse contexto de sanha bélica que Maria Lacerda de Moura, em dezembro de 1932, profere uma palestra cujo título era **Serviço Militar para mulher? Recuso-me! Denuncio!**; que mais tarde será transcrita com a adição de mais dois textos escritos para o jornal santista **A Tribuna**, depois sendo publicada sob o título **Serviço Militar para mulher? Recuso-me! Denuncio! (e outros escritos...)**, publicado originalmente em 1933. Vale lembrar também que Maria Lacerda rompeu com o grupo de feministas que pleiteavam o voto feminino, por entender que a luta ainda era excludente e que outras pautas eram tão importantes ou mais urgentes. Maria Lacerda também era crítica ao belicismo, então a luta armada para ela não era uma opção, porque utilizava-se da mesma estratégia do patriarcado e ela defendia o rompimento com essa estrutura. Na palestra publicada ela detalha ainda sobre o contexto do Governo Provisório, com a sua proposta de nova constituição:

Sejamos objetores de consciência, agora que, no Brasil, discutem-se os projetos de uma Constituição moderníssima, tocando as raias do Fascismo...

Porque, se para as trincheiras, é feita a seleção (às avessas!) e são escolhidos os fortes e os jovens para os serviços militares da retaguarda, nas próximas guerras de extermínio, serão todos aproveitados homens, mulheres, velhos, enfermos e crianças. E não façamos como os padres e religiosos congregados que organizam batalhões e os mandam para as trincheiras, conservando-se, aliás, prudentemente, a distância e, depois, recusam-se ao serviço militar obrigatório, sob a alegação de motivo de crença religiosa... Não nos apoiemos em nenhuma espécie de muletas e muito menos na muleta de qualquer religião revelado ou positiva. Sejamos objetores de consciência por humanidade. Contra a tirania. Contra todo e qualquer despotismo. Contra a tirania da força armada para defesa do Estado que é o partido dos que estão de cima. Caminhamos, também nós, no Brasil, para o Fascismo cruel e teatral (. 1933, p.06).

O Governo Provisório não se mantém livre das ameaças mais concretas. Causava ainda muita insatisfação ao se manter no poder e não convocar nova eleição, como era o esperado, desde a destituição de Washington Luís. Bastante centralizador e com a nomeação de interventores estaduais que, muitas vezes, desagradavam até mesmo os seus antigos apoiadores, o Governo Vargas começa a desagradar também quem antes o defendia.

Um movimento armado iniciado em São Paulo, cujo nome já destacava o seu maior objetivo, Movimento Constitucionalista, defendia uma nova Constituição e atacava o



autoritarismo varguista. Durante quatro meses os constitucionalistas entraram em embates contra as tropas oficiais varguistas, mas acabaram derrotados. No entanto, em 1934, a Nova Constituição é finalmente promulgada.

Sobre a participação das mulheres neste e em outros momentos de combate armado e a posterior conquista do voto feminino, na reforma varguista, Lacerda tece a seguinte crítica:

Há três meses, neste Brasil pacifista, de parte a parte, as burguesas de São Paulo ou as feministas do Rio de Janeiro movimentaram-se para a guerra prestando “conforto moral” aos soldados, distribuindo sorrisos, “bombons” e cigarros. Fizeram jus a defesa nacional... Tanto se postou ostensivamente ao lado da violência, tanto aplaudiu, tanto homenageou os “heróis”, tanto endeusou aos vitoriosos, tanto se pôs ao serviço do massacre humano, tanto mostrou as suas qualidades varonis que conquistou o direito do voto, e, com ele, o dever de matar. Porque, o homem forte e varonil, vitorioso e herói acha que sua própria mãe não subiu até ele... Para que tenha direito aos seus direitos deve nivelar-se a ele na sua bestialidade. Os sexos se equivalem nas “imbecilidades específicas”... (1933, p.16).

Maria Lacerda tece uma série de críticas ao feminismo liberal, este cujo direito ao voto é a pauta mais destacada, e rejeita as ideias de Alexandra Kollontai, destacada líder revolucionária russa, que participou ativamente da Revolução Russa de 1917, porque Kollontai defende o acesso das mulheres ao aparato bélico para a instalação de uma ditadura proletária, “E Alexandra Kollontai é dura como o homem do seu partido, e, como o homem, de quaisquer partidos, quer arrastar a mulher às mesmas crueldades ferozes do instinto guerreiro” (p.15).

Suas críticas são contundentes também em direção às mulheres que se aliam de alguma forma ao militarismo, mesmo que não se armem efetivamente, mas aceitem ser entretenimento ou conforto para as tropas armadas, costurando, cozinhando ou cuidando dos ferimentos de combatentes. Segundo Maria Lacerda de Moura, ao se tornarem próximas das guerras ou dos combatentes, as mulheres assumem um papel subalternizado e conformador de uma sociedade que fracassa em ser solidária e realmente soberana. Lacerda, inclusive, cita Mussolini sobre o significado da máxima “povo soberano”:

Tem razão Mussolini: O qualificativo de “soberano” aplicado ao povo não passa de um trágico gracejo... E o Estado moderno pisa por sobre o

cadáver mais ou menos decomposto da deusa Liberdade e ainda há de tripudiar por cima dele... A independência individual está sendo substituída pela concepção de uma consciência coletiva. Mas, o que é consciência coletiva? É a consciência dos chefes de Estado: "L'Etat c'est moi"... (1933, p.7).

Com relação ao estilo, o livro tem um tom bastante vigoroso, uma vez que é a transcrição de uma palestra de Maria Lacerda de Moura, e a oralidade tende a ser mais enfática. Suas críticas trazem uma série de citações, exemplos e algumas imagens que ajudam a fundamentar as suas ideias. As metáforas contribuem na composição da intensidade do discurso.

Maria Lacerda identifica na educação feminina, (essencialmente religiosa, castradora e sentimentalista,) como um dos maiores obstáculos para a derrota da sociedade patricapitalista. E a palestra é especialmente um chamado à proteção à vida e à liberdade de consciência. Vejamos o seguinte trecho:

E já se contam por números, no mundo inteiro, os homens e mulheres dispostos a recuar, num supremo exército de resistência, e apontar o caminho da deserção e da objeção de consciência as gerações de moços enganados miseravelmente pelos vampiros da organização social do bezerro de ouro. A solução do angustioso problema não pode ser a passividade sentimental das lágrimas ou a passividade trágica da resignação feminina o que chega a ser também cumplicidade. A luta contra a guerra e uma guerra tremenda, a luta aberta de vida ou de morte, contra todas as forças sociais reacionárias, e a ação direta, a mais poderosa força revolucionária do mundo moderno. Todos os governos são cúmplices, consciente ou inconscientemente, dos canibais civilizados, forjadores das guerras. As Nações nada representam e não são grandes nem se elevam pela infernal estratégia de seus generais, mas, iluminam o mundo pelo gênio humano de seus pensadores e artistas (1933, p.28).

É importante destacar ainda que Maria Lacerda começa a sua palestra com a crítica a uma declaração do então General Goes Monteiro, feita em um banquete no Automóvel Clube do Rio em homenagem ao militar no dia 12 de dezembro de 1932. Pedro Aurélio de Goes Monteiro foi um dos mais conhecidos articuladores da destituição de Washington Luís e apoiador da "Aliança Liberal", quando ainda era um respeitado tenente-coronel na Paraíba, mas desconhecido nacionalmente. No referido evento o general cita uma entrevista de Mussolini:

Ainda há pouco (12 de Dezembro de 1932), no banquete oferecido ao General Goes Monteiro, o herói do dia se refere à "famosa" entrevista de

Mussolini a Ludvig: “A organização militar é uma síntese da organização nacional. Sem nação organizada e disciplinada não pode haver Exército. Sem o Exército não pode haver soberania. Sem soberania. Sem soberania, não há Estado”. E o General Goes Monteiro acrescenta que “a tendência da Constituição política brasileira deve orientar-se incessantemente para a unidade total, política, social, moral, jurídica, econômica e espiritual”. É a disciplina a que se refere Mussolini... A “ação integralista”... E mais, diz o General Goes Monteiro: “Toda liberdade concedida contra os interesses do Estado será um foco de onde podem brotar germes perigosos. Toda liberdade para fortalecer a segurança do Estado e um bem para a coletividade que deve viver sob permanente equilíbrio social — o que só a justiça incorruptível alcançará, guiada pelo senso das nossas realidades e necessidades (1933, p. 6-7).

Essa entrevista reflete com bastante fidelidade o contexto do Governo Provisório, uma aliança de oposição, que se autodenominava liberal, tenta alcançar o poder por meio do voto popular, mesmo consciente dos processos eleitorais fraudulentos e viciados, do qual também usufruía. Ao perderem o pleito, conspiram e patrocinam um movimento armado para impedir que o presidente eleito tomasse posse e ao se instalar no poder maior da República, reprime qualquer desvio que ameace a permanência no poder. O Estado oprime em nome da segurança e da liberdade; e essa é a grande crítica de Maria Lacerda de Moura. E também uma advertência sobre os tempos vindouros. A autora utiliza a declaração do General para fazer críticas ao que considera como Fascismo e alerta:

Isso é fascismo: mobiliza-se todo o Estado no serviço militar obrigatório total; tiram-se todos os movimentos das massas trabalhadoras através da “Carta del Lavoro” e do Ministério do Trabalho; “disciplina-se” o indivíduo por meio das expedições punitivas e do óleo de rícino, e tem-se a “ação integralista”, a unidade total para que a “população de cima” possa mover-se à vontade afim de mais facilmente vender o território e o povo trabalhador, na vassalagem aos imperialismos inglês ou yankee, de que já não passamos de colônia e de que são os governantes os gerentes da Sociedade Anônima Limitada o Estado, pertencente aos reis do dólar ou da libra. (1933, p.08)

É importante destacar, que esta não é a única publicação conhecida da escritora durante o Governo Provisório, ela também lançou os títulos, **Civilização — tronco de escravos** (1931), **Amai e... não vos multipliqueis** (1932) e muitos artigos como colaboradora de jornais anarquistas. Mas a temática de **Serviço Militar para mulher? Recuso-me! Denuncio! (e outros escritos...)** é cabal para entendermos o início do governo autoritário Varguista que durará quinze anos.

## **4.2 Governo Constitucional (1934 — 1937) e Fascismo: filho dileto da igreja e do capital**

A derrota dos insurgentes paulistas do Constitucionalismo não assegurou a continuidade do Governo Provisório sem promover eleições presidenciais. Mas a tentativa de golpe e a reação bem-sucedida das Forças Armadas não só estreitou, como também consolidou a aliança entre Vargas e os militares. Com a promessa de novos equipamentos e a criação de uma indústria bélica brasileira, os oficiais reafirmavam a sua lealdade ao presidente, que anuncia uma Assembleia Constituinte para o dia 03 de maio de 1933.

O cenário político brasileiro neste momento parecia diferente daquele em que Vargas assumiu, pois a elite paulista estava visivelmente enfraquecida após a derrota do Movimento Constitucionalista, as oligarquias regionais perderam seu poder de articulação e intervenção nos votos. Com isso, o resultado da Assembleia Constituinte tinha um novo perfil. Criou vários partidos de alcance regional foram criados, possibilitando a renovação da classe política.

Instalada em 15 de novembro de 1933, no Palácio Tiradentes, sede do Congresso Nacional, a Constituinte tinha de tudo um pouco. Havia lugar para um punhado de deputados novatos, muitos deles eleitos por obra do sistema de candidaturas avulsas, e para uma forte bancada da situação, cuja vitória vinha debitada na conta dos interventores estaduais. São Paulo juntou suas forças e materializou um bloco coeso disposto a fazer oposição a Vargas; o eleitorado católico elegeu um grupo expressivo de parlamentares comprometidos com a Igreja, e o país abriu espaço para a escolha de uma solitária deputada constituinte — a médica Carlota Pereira de Queirós. Os eleitos trabalharam durante oito meses, promulgaram a nova Constituição em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, elegeram, pelo voto indireto, Getúlio Vargas para presidente da República (Schwarcz e Starling, 2015, p. 470).

Vargas era finalmente eleito, seu governo saía da provisoriedade e era legitimado por uma constituinte, mas não da maneira que havia planejado. Embora fosse presidente eleito pelos deputados e tivesse todos os seus atos do Governo Provisório constitucionalmente chancelados, o novo texto constitucional limitava o poder executivo, que até aqui funcionava livre de restrições. Como explicam Schwarcz e Starling, o poder Executivo ficava submetido à fiscalização do Legislativo, acabava com a possibilidade de o presidente substituir o Congresso na elaboração das leis e garantir a completa independência do Tribunal de Contas. Embora modernizada, a constituição ainda tinha

resquícios dos anos anteriores, que possibilitavam o autoritarismo e o cerceamento de uma série de liberdades.

O texto constitucional também assegurava ao Executivo o uso de um instrumento coercitivo que trazia embutida a concessão de plenos poderes — o estado de sítio —, além de permitir a adoção da censura para todo tipo de publicação. Mesmo assim, essa era uma Constituição inovadora, que ampliava as condições para o exercício da cidadania. Mas ela durou menos de dois anos. No Brasil, como em toda parte do mundo, enquanto avançavam os anos 1930, a atmosfera tornava-se cada vez mais pesada. Uma mudança radical estava em andamento, alterando a ordem das prioridades e indicando que a democracia não estava mais no topo da lista das preferências políticas.

(...) Em 30 de janeiro de 1933, o presidente alemão Hindenburg nomeou Hitler chanceler e a barbárie vestiu o hábito da modernidade: o partido nazista chegou ao poder e, com ele, a intolerância à oposição, o culto ao militarismo e à guerra, a submissão da sociedade à racionalidade administrativa e a disposição para a política do genocídio (Schwarcz e Starling, 2015, p. 471).

Se Getúlio Vargas já tinha uma verve autoritária, exercendo um poder discricionário durante os quatro anos de seu Governo Provisório e mantendo suas práticas de coerção e censura, respaldadas por uma constituição, o cenário mundial só contribuiu ainda mais para que se efetivasse um governo autoritário.

Em 1934, Maria Lacerda de Moura lança o livro **Fascismo: filho dileto da igreja e do capital**. Na obra, a autora repete e amplia a tese, já lançada no livro publicado em 1931, **Clero e Fascismo: horda de embrutecedores**, de que o Clericalismo é o pai do Fascismo. Para a autora, o Cristianismo é anticristão, uma vez que nega as palavras de amor de Cristo e participa do jogo autoritário e escravocrata das elites.

Cristo é um mito muito alto: não cabe dentro do Cristianismo... O Cristianismo é anti-cristão. É a negação absoluta das palavras de doçura e amor de Jesus de Nazaré. O Cristianismo, para mim, é significação mais perfeita de uma civilização voraz de déspotas e escravos. Quando digo Cristianismo, eu me refiro à ordem social burguesa capitalista. É a civilização do bezerro de ouro. O Estado confundiu-se de novo com a Igreja, não no sentido divino como outrora, mas, no domínio econômico-político. E o Clericalismo se faz representar, modernamente, nas quatro castas dominantes do nosso regime social. De novo o mundo civilizado é dirigido e governado despoticamente pelo jesuitismo de casaca (2018, p.17).

Mas a obra recebe críticas negativas inclusive de companheiros anarquistas, o que não é uma novidade, porque já trouxe a questão anteriormente, mas vale o registro que consta na apresentação do livro reeditado em 2018, pela editora Entremares. Oswaldo Salgueiro, na edição de nº 97 do jornal anarquista **A Plebe**, com o qual Maria Lacerda também colaborava, escreve o seguinte:

Os escritos de M. L. Moura, muitas vezes, afiguram-se-nos sobremaneira apocalípticos. Escreve, atabalhoadamente, a propósito e a despropósito de tudo, e parece não possuir o indispensável conhecimento acerca de coisa alguma. Além disso, diz sempre as mesmas coisas, sempre as mesmas frases feitas, dando fastidiosa impressão de que o seu último livro publicado é uma nova edição do precedente, diferindo, apenas, no título e na capa (2018, p. 08).

Maria Lacerda repete a sua tese, porque não há urgência maior do que o combate ao Fascismo. Suas redes de sociabilidade, suas leituras, sua produção escrita e conhecimento histórico possibilitam que a autora escreva sobre a ameaça que vê crescer. Desde os rumores de uma nova Constituição Brasileira, a escritora se mantém crítica, compreende o panorama em que o conjunto de leis é articulado. Por isso diz que a nova Constituição está “tocando as raias do Fascismo” (1933, p. 06).

No Brasil, o Fascismo se materializou na Ação Integralista Brasileira. Criado em 1932, o partido político logo ganhou simpatizantes das mais diferentes áreas, de funcionários públicos a padres, de comerciantes a poetas. A AIB defendia o domínio do Estado, propalava o discurso antissemita e o culto ao líder político.

Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela AIB reuniu em torno de 40 mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de “soma”, indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda a sociedade —, estandartes desfraldados audaciosamente à luz do dia, numa marcação cênica que pretendia demonstrar força e disposição de combate (Schwarcz e Starling, 2015, p. 472).

Não era mais um flerte ocasional ou uma Constituição que “tocava as raias do fascismo”, um movimento organizado, com uniformes, insígnias e hino, um partido político que defendia amplamente o nacionalismo exacerbado ganhava força. Os “camisas

verdes” logo se tornaram alvo das críticas de Maria Lacerda, que para sua infelicidade pessoal, rompia com o filho adotivo que se filiou ao partido. Leite, reproduz o seguinte trecho do artigo de título **Profissão de fé**, publicado no jornal **A Lanterna**, em 1935, por Maria Lacerda de Moura:

Criei uma criança, um sobrinho, eduquei-o ao meu lado, com o meu exemplo, em meio anticlerical, entre revolucionários autênticos —operários, intelectuais livres. Tomei-o aos quatro anos de idade, morou na minha casa, sem interrupção, durante quinze anos. Era meu filho. Chama-se Jair Lacerda Cruz Machado. Por motivos de saúde, saiu de São Paulo, em busca do seu clima natal. [...] Entreguei-o apto a lutar pela vida, com oito preparatórios. Passaram-se anos. A sua atitude de algum tempo me fez desconfiar que Jair entrara para as fileiras integralistas. Ha meia dúzia de dias eu tive a confirmação: não só Jair é integralista como já é tenente. Pois bem: meu filho adotivo morreu. [...] Ele é soldado da Igreja, do Despotismo, do Terror, da Violência pela Violência. [...]. Se amanhã uma “expedição punitiva” vier em minha busca, Jair pode sossegadamente fazer parte do bando, não o reconhecerei no meio dos seus pares ( 2005, p.49).

Ainda no livro **Fascismo: filho dileto da igreja e do capital**, Maria Lacerda de Moura apresenta, também, sua face mais irônica, no capítulo **O vaticano já é comunista!**, a autora critica a Igreja pela sua oscilação, com relação a tendências políticas que segundo Maria Lacerda se dá conforme ao que parece ser-lhe mais vantajoso .

Psicólogos extraordinários, os santos padres católicos já perceberam a derrocada do capitalismo. O Vaticano, muito perto de Mussolini e do fascismo, percebeu também que o regime de “l'Italia d'oggi” é coisa passageira... Sendo assim, urge tomar novo caminho. O vaticano olha, observa, apalpa os progressos do comunismo..E já deliberou, antecipadamente. Há mais de três anos que venho dizendo aos meus amigos: se não houvesse outros motivos para eu não aderir ao partido comunista, adepto do Estado proletário, chamado – haveria o motivo básico: - o fato de “toda gente” ser já “comunista”...“Toda mundo” é comunista... sem saber mesmo o que é comunismo, sem conhecer o que seja comunismo, o que é marxismo, o que é o Estado bolchevista ou soviético. Mas, o comunismo já tem o seu rebanho. E isso seria já o bastante para eu não ser comunista, se não fora individualista... Agora, o Vaticano vem confirmar a minha atitude.  
O Vaticano, o clero também já é filo-comunista!...( 2018, p.141-142)

No capítulo, Maria Lacerda refere-se a um artigo na revista **A Lanterna** do dia 19 de abril de 1934, que trazia a transcrição da revista oficial do Vaticano **Documentazione Cattolica**. Segundo a autora, o texto do vaticano revela “um símbolo da fantástica propriedade de adaptação da Igreja Romana” (Moura, 2018, p.141). Na transcrição, o

catolicismo se coloca avesso ao capitalismo, afirmando sempre tê-lo combatido, uma vez que se mostra contrário a Deus. Para Maria Lacerda, a Igreja pressentia sua decadência caso não pudesse se agarrar a alguém que pudesse salvá-la, afinal não conseguia as vantagens que pleiteava dentro do regime fascista. Mesmo com todas as concessões de Mussolini, começa a se afastar. “De qualquer maneira, a declaração da revista oficial da Igreja Romana, se representa o símbolo da adaptação desse polvo, ao mesmo tempo nos diz que os tempos são chegados...” (Moura, 2018, p.143).

A Igreja brasileira também não escapa às críticas na mesma publicação. Em **O partido católico brasileiro**, Maria Lacerda comenta sobre a criação da Ação Católica Brasileira, movimento fundado pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1935. O movimento, segundo a autora, tinha como objetivo “velar pela futura Constituinte” (Moura, 2018, p. 182). Mas, para ela, a Igreja pretendia não deixar com que o seu poder e influência fossem esvaziados pela legislação.

Enquanto isso, o segundo governo Vargas aproximava-se dos integralistas, visto que compartilhavam de perspectivas muito próximas. O general Góes Monteiro, por exemplo, via com bons olhos a aproximação com o fascismo italiano, pois se apresentava como a melhor alternativa para a modernização do país. Mas, embora simpático ao movimento, Vargas não confiava nos integralistas. Entendia que ao ganharem força também podiam investir em um golpe contra o seu governo.

A essas alturas, Vargas sabia que era impossível ignorar o movimento. Pragmático, ele pretendia usar a máquina fascista de acordo com suas próprias conveniências e fazer do integralismo um aliado tático contra as novas forças que se organizavam na oposição — em especial, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e os comunistas (Schwarcz e Starling, 2015, p. 473).

O fascismo, embora apresentasse uma força descomunal de várias ordens e em muitos países, não foi algo que se espalhou sem resistências. Em oposição aos movimentos ditatoriais de direita, existiram outros grupos que tentaram impedir o seu domínio. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) representou essa resistência.

A ANL foi criada a partir das articulações entre tenentes que não se alinhavam com Vargas ou que se desencantaram com o seu governo., Embora o grupo fosse pequeno, era bastante experiente; seus membros tiveram participação ativa nos movimentos militares de 1920 e tinham tendências mais reformistas. Inconformados com



os rumos que a nova República tomava, desde que Aliança Liberal assumiu o poder, pretendiam retomar as primeiras propostas abandonadas desde o Governo Provisório.

Sobre a ANL:

Os tenentes eram politicamente ativos e nada desatentos: viam a luta contra o fascismo como a única opção realista, entendiam que a emergência do integralismo resultava do impacto político do fascismo no Brasil e especulavam sobre a extensão desse impacto dentro do governo. Apostaram numa coalizão ampla capaz de abrigar o conjunto das forças de oposição e num programa político reformista e antifascista que retomava — e radicalizava — os principais pontos da plataforma da Aliança Liberal: suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos, reforma agrária, aumento dos salários, garantia dos direitos e das liberdades individuais — incluindo a liberdade religiosa — e combate ao racismo (2015, p.473).

Em uma manifestação de aproximação máxima com os comunistas brasileiros, a ANL lança o nome de Luís Carlos Prestes<sup>20</sup> como seu presidente de honra. Mesmo com a existência do Partido Comunista, a frente ampla não era vista como concorrência na oposição.

A ANL foi exatamente isso. Uma frente de massas atuando dentro da ordem constitucional, com quatrocentos núcleos espalhados por todo o país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania e comícios que reuniam milhares de pessoas. Já o Partido Comunista era uma organização minúscula, clandestina, com escassa penetração na sociedade, mas com o firme propósito de readequar a orientação das frentes populares no rumo de uma insurreição. O Brasil vivia um momento altamente suscetível a manifestações políticas, com greves mobilizando operários na capital da República e em São Paulo, descontentamento nas Forças Armadas, movimentos reivindicatórios de todo tipo pipocando nos estados, e ferozes enfrentamentos de rua acontecendo entre integralistas e partidários da ANL. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 474)

Não demorou para que Vargas reconhecesse a ameaça do grupo, que crescia substancialmente em número de adeptos. Em resposta a um manifesto escrito por Prestes e lido por Carlos Lacerda em um evento em 5 de julho de 1935, que convocava os brasileiros à tomada do poder, Vargas decreta o fechamento da ANL e, assim, a organização se torna ilegal. O discurso já era uma sinalização para o levante que a

---

<sup>20</sup> Luís Carlos Prestes foi um militar político comunista, líder da Coluna Prestes, em 1920. Ele marchou pelo interior do Brasil, denunciando a desigualdade promovida pelo residente Artur Bernardes.

Internacional Comunista já articulava. Em novembro de 1935, eclodiram três levantes armados simultâneos — em Natal, Pernambuco e Rio de Janeiro — todos fracassaram.

Ainda em novembro, durante os levantes em Natal e no Recife, Vargas pressionou e o Congresso aprovou o estado de sítio. Em dezembro, a pressão aumentou, o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, o general Góes Monteiro defendeu a suspensão dos direitos individuais, e os deputados aceitaram decretar o estado de guerra por noventa dias — medida prorrogada sucessivamente, até julho de 1937. O governo podia agora agir sem limitações, e levou adiante uma brutal operação, em larga escala, de busca e detenção, sem data para terminar, que jogou na cadeia milhares de pessoas — membros da ANL, comunistas, simpatizantes e qualquer cidadão que a polícia considerasse suspeito de conspiração, incluindo o popular prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto (Schwarcz e Starling, 2015, p. 477).

Nesse mesmo ano, Maria Lacerda de Moura, coagida pela ditadura varguista, muda-se do Rio de Janeiro para Barbacena, mas, segundo Muñoz (2018), é impedida, por autoridades locais, de ensinar em escolas públicas. Luís Carlos Prestes foi preso, sua companheira, a alemã judia Olga Benário, foi deportada grávida para a Alemanha, onde morreu em um campo de concentração nazista. Com a ANL liquidada, os comunistas presos e a oposição ameaçada, Getúlio Vargas utilizará dos eventos armados a seu favor, traçará em seu discurso um rumo muito oportuno para se reeleger nas próximas eleições. Agora, o país mirava em um inimigo perigoso e não era o fascismo.

A combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas, infundiu terror no coração da população católica e das classes médias e altas, e consolidou um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 479)

Vargas se reelege, novos planos de levantes comunistas são denunciados, os jornais trazem os bastidores das ações policiais competentíssimas que desmantelavam os grupos insurgentes. Nas rádios, o tema era debatido diariamente, nas homilias da Igreja, o inimigo vermelho era lembrado. Vargas não precisou empenhar mais força física para que o Congresso fosse fechado e uma nova Constituição imposta. Era a vez do Estado Novo, o terceiro governo Vargas seguido e o mais autoritário deles.

### 4.3 Estado Novo (1937 —1945) o que o Tripé Lacerdiano advertiu

Em 1937, Maria Lacerda de Moura estava de volta ao Rio de Janeiro, onde trabalhava arduamente para sobreviver. Na sua extensa bibliografia, nenhuma publicação, no Brasil — dos temas libertários — aparece entre os anos do Estado Novo. Há somente o registro dos livros **Português para os cursos Comerciais** no ano de 1940. Mesmo nesse panorama de intensa repressão, ela continua com as suas publicações no exterior, ora traduzidas ora inéditas, e com as conferências, especialmente a convite de associações anarquistas. Segundo Munõz, 2018, o último artigo de Maria Lacerda, em vida, foi publicado na revista dos exilados espanhóis no México: *Han Ryner*<sup>21</sup>, na revista **Inquietudes** em maio de 1945, ano da sua morte.

Embora o Estado Novo reagisse violentamente contra os seus opositores declarados ou suspeitos, denominados oficialmente de “inimigos da pátria” — e Maria Lacerda de Moura figura nesta lista — havia um aparato, inclusive intelectual em defesa da atuação de Vargas. Segundo Velloso, a partir da década de 30 é que os intelectuais brasileiros passam a sistematizar e orientar a sua atuação para a dimensão do Estado, identificando-o como representação superior da ideia de nação. Uma vez que a sociedade civil é vista como um ente fragmentado, desordenado e indefeso e o Estado, a corporificação máxima da ordem e da unidade.

No Estado Novo (1937-1945) esta matriz autoritária de pensamento, que confere ao Estado o poder máximo da organização social vai adquirir contornos mais definidos. As elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como o cerne da nacionalidade brasileira. Se historicamente a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado. Verifica-se, então, a união das elites intelectuais e políticas que se pretendem, as verdadeiras expressões de uma política superior. O período do Estado Novo é particularmente rico para a análise da relação entre os intelectuais e Estado, já que neste mesmo período se revela a profunda inserção deste grupo social na organização político-ideológica do regime (Velloso, 1987, p.4)

Sob a perspectiva de Velloso, o Estado Novo é um campo abastado dessa unidade propalada e recorrentemente criticada por Maria Lacerda na maior parte da sua

---

21 Pseudônimo de Henri Ner (1861-1938). Foi um filósofo anarquista, antimilitarista e antipatriota e grande influência no pensamento lacerdiano.

obra. Pois o individualismo de pensamento é condição para a sua atuação no mundo. Por isso, repetidas vezes rompeu com os grupos dos quais se aproximava, mesmo com aqueles que se identificava profundamente. E esses intelectuais articulados com estruturas políticas organizadas também são criticados por ela.

Todos os acadêmicos arregimentados, todos os políticos intelectuais estão no mesmo plano de D'Annunzio<sup>22</sup>: a serviço dos Césares ou dos reis do aço ou do petróleo, a serviço do bezerro de ouro. O proletariado é a causa dos párias (2020, p.146).

Com o apoio dos intelectuais, o Governo Vargas articula um projeto educativo em dois níveis de atuação: a do Ministério da Educação, com Gustavo Capanema à frente, e a do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob o comando de Lourival Fontes. Enquanto o primeiro voltava-se para a formação da cultura erudita, assumindo a responsabilidade da educação formal, o segundo, atuava na difusão das manifestações da cultura popular, através do controle das comunicações.

O ministério Capanema reunia um grupo de intelectuais ligado à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Portinari, Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como o de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Intelectuais estes conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação. É este grupo que vai dar as linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares (Velloso, 1987, p.5).

Este é o tom do Estado Novo, demarcar sua ação através da comunicação de massa e o DIP será o instrumento oficial para o intento.

O Departamento de Imprensa e Propaganda não é uma novidade do terceiro governo Vargas em 1934. No Governo Constitucional, o executivo já apregoava a importância de se estabelecer relações estreitas entre o Estado, Rádio, Cinema e Esportes, articulado com um sistema de “educação moral, mental e higiênica” (Velloso, 1987, p.19). Em 1935 essa ideia começava a ser materializada, logo após os levantes comunistas.

---

22 Gabriele D'Annunzio foi poeta e dramaturgo, além de político e militar italiano. No texto *A escola da nova oportunidade*, em **Civilização, tronco de escravos**, 1931, Maria Lacerda o acusa de ter “se vendido a serviço dos grandes da terra” e a quem Mussolini teria incumbido de escrever a “grande epopeia itálica”.

Criado pelo decreto de dezembro de 1939, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes viria materializar toda a prática propagandista do governo. A entidade abarcava os seguintes setores: divulgação, radiofusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa: fazer censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências e dirigir e organizar o programa de rádio e difusão do governo (Velloso, 1987, p. 20).

O DIP administrava os órgãos dos estados (DEIPs), que ficavam subordinados ao Rio de Janeiro. A estrutura centralizadora permitiu ao governo federal um intenso controle da informação, garantindo um domínio discursivo sobre suas ações e, principalmente, do que chegava às massas. De acordo com Velloso, a centralização administrativa era vista como modernizadora e os princípios de eficácia e racionalidade eram utilizados para justificá-la.

Por um dos dispositivos da Constituição de 1937, a imprensa passa a ser subordinada ao poder público. Francisco Campos, um dos ideólogos da maior projeção no regime e autor da Constituição, defende a função pública da imprensa, argumentando que o controle do Estado é que irá garantir a “comunicação direta” entre o governo e o conjunto da sociedade. Alega que esta é a única maneira de eliminar os “intermediários nocivos ao progresso (Velloso, 1987, p.20-21).

O controle da imprensa pelo Estado é uma dos primeiros e mais importantes mecanismos nos regimes autoritários. E tudo o que se desencadeia na terceira administração varguista foi pavimentada nos sete anos anteriores.

Os maiores canais de comunicação da sociedade civil, jornal impresso e, especialmente, rádio, tornam-se aparatos de veiculação da ideologia do Estado. Nesse contexto, o programa **A hora do Brasil** é criado; o noticiário radiofônico estatal era propalado como “a voz sincera do povo”. Por isso, mantinha sessões de músicas folclóricas e crônicas, além de entrevistas sobre as políticas do governo.

Destacando o rádio pelo seu notável poder de persuasão e como o “maior potencial socializador do mundo civilizado”, o regime defende a necessidade de exercer vigilante assistência e severa fiscalização do setor. A radiodifusão é vista como temerária, uma vez que desvirtuaria a obra educativa visada pelo governo. (Velloso, 1987, p.24)

Neste momento, há uma intensa defesa, inclusive dos intelectuais estadonovistas, por uma identidade nacional. Mas esta deveria ser homogênea, organizada e, através do DIP, fiscalizada. “Esta concepção transparece no próprio projeto radiofônico então

instituído, que destaca a ‘homogeneidade cultural’ e a ‘uniformização da língua e da dicção’ como seus objetivos fundamentais” (Velloso, 1987, p. 24). É também neste contexto que a educação popular é defendida como salvaguarda da homogeneidade da cultura e valores.

Outra característica intrínseca aos estados autoritários é a do fortalecimento do nacionalismo; a busca pela unidade, a disposição de coletividade ao redor de uma história de nação, uma história que aglutina, faz desaparecer as diferenças e enche de orgulho cada indivíduo. A cultura também será uma ferramenta discursiva deste governo, com a retomada desse nacionalismo verde e amarelo.

No Estado Novo a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganham uma outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e de reflexão. Assim, a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. Temos então, a história dos grandes vultos das grandes efemérides, do Brasil “impávido colosso”. As personalidades de Caxias e Tiradentes são apontadas como exemplos luminosos, onde o país deve buscar inspiração e força para superar a crise da modernidade. Assim sendo, a visão crítica da cultura, apontada por algumas correntes modernistas, vai ser substituída pelo ufanismo. (Velloso, 1987, p.44)

O Estado Novo tem as características que Maria Lacerda de Moura critica dos textos mais remotos até os publicados nos primeiros governos Vargas. Um governo que assume o poder e se estabelece à força das armas a partir de uma relação oportunista com as Forças Militares; que recorre ao discurso de unidade, para não ser derrubado pelas consciências individuais; que é, também, apoiado pela Igreja a quem faz concessões e prestigia, exemplo é o Ensino Religioso reincorporado às escolas públicas em 1931 e que, por fim, utiliza-se de uma pauta muito importante do movimento feminista nascente, para a pincelada de verniz democrático do sufrágio feminino.

É muito significativo perceber a ausência das publicações de Maria Lacerda durante o Estado Novo, sobre os temas que a revelaram e dos quais nunca se afastou. É revelador que os seus escritos, que trouxeram uma leitura muito aguda e fidedigna ao que já se engendrava, sejam silenciados nesse momento.

Em setembro de 1944, Maria Lacerda de Moura, com a saúde debilitada, resolve doar quase tudo o que possuía: seus livros. Segundo Muñoz, Maria Lacerda destrói suas correspondências e fotos, um arquivo importante e afetivo que mantinha na Ilha do

Governador (RJ). Menos de um ano depois, em março de 1945, Maria Lacerda morre e é enterrada de maneira modesta, sem coroas e com poucas flores sobre o seu corpo.<sup>23</sup>

---

23 O parágrafo final desse capítulo foi resultado de um dilema de pesquisa. Pois embora eu tivesse acesso à informações mais pessoais sobre Maria Lacerda de Moura, relutei em trazê-los à pesquisa porque gostaria que a sua trajetória pública se manifestasse de maneira mais evidente. Talvez por ter em conta que a historiografia tradicional trabalhou desta forma com as personagens masculinas. Esse dilema só se resolveu após a defesa da dissertação, porque, justamente, precisamos aceitar outras metodologias para falarmos de outras perspectivas.

## 5 “O Silêncio, Agora, É Convivência” — Maria Lacerda de Moura: Autoria E Insubmissão na Escrita

Para a intelectual estadunidense Susan Sontag, a literatura é fundamentalmente a possibilidade de aproximação dos indivíduos. Segundo Sontag, “uma das tarefas da literatura é questionar e construir contra-afirmações às crenças dominantes. E mesmo quando a arte não é de oposição, as artes gravitam rumo à contrariedade. Literatura é diálogo; receptividade” (2008, p.142). Para ela, os escritores podem fazer algo para combater o que chama de “clichê da nossa separação” ou “clichê da diferença”, que nos coloca constantemente em uma relação, muitas vezes, fundamentalista, entre “nós e eles”. Pois escritores não só transmitem a história, mas também a criam: “A literatura oferece não só mitos, mas contramitos, assim como a vida oferece contra-experiências — experiências que perturbam aquilo que pensávamos pensar, sentir ou acreditar” (2008, p.142). Mas essa é a perspectiva de uma autora feminista norte-americana, que viveu plenamente o florescimento das conquistas do feminismo, também se engajou fortemente na conquista e na manutenção de vários direitos para a mulher e que viveu no final do século XX. Para a mulher, no entanto, a escrita não é feita estritamente de percalços literários: há o bloqueio criativo, a crise estética, as críticas desoladoras e outras diversas instabilidades do fazer literário. Para uma mulher que escreve, a insegurança sobre o próprio trabalho e, tantas vezes, a oportunidade de ser publicada está inscrita na história da humanidade.

Em seu texto “Cultura feminina”, o sociólogo alemão Georg Simmel, observa que num meio no qual as formas sociais, as atividades profissionais e as expressões artísticas haviam sido modeladas pelos homens, as expressões de autoria feminina não se adaptariam com facilidade. Para Simmel : “Considerando a criação literária, por exemplo, afirmava que a exteriorização da singularidade feminina seria difícil na escrita, já que formas gerais na criação poética são produtos masculinos” (2013, p.23). Por isso, a escrita para as mulheres é uma subversão na história patriarcal, uma variação da normatividade, uma resistência ao *status quo*. Está fincado na história da literatura esse silenciamento de vozes femininas, negras, infantis, não-intelectuais. Então, como ser mulher escritora, se o fazer literário (valorizado, sério, considerado) é tradicionalmente masculino?



Escrever, segundo Philippe Artières (1998), é inscrever-se, é fazer existir publicamente, pois não há história sem registro. Para as mulheres, assim como para outros grupos aliados da história pública, escrever é tomar a sua voz, é existir *per se*, é não se restringir a ser contada, mas contar e se contar. Assim, a mulher escritora precisou inventar a sua escrita, já que escrever literatura, e ciência também, foi fundado na tradição patriarcal.

Assim, antes de definir o seu lugar como escritora, a mulher precisou (e vem precisando até hoje) redefinir o seu lugar como sujeito cultural, lutar continuamente contra estereótipos literários empobrecedores do papel feminino e desmitificar as teias ideológicas subjacentes aos discursos autorizados – tão poderosos em suas prescrições que levam as próprias mulheres a se verem sob o olhar masculino, o olhar que as exclui (Castanheira, 2010, p. 04).

Mas se a literatura, nas perspectivas de Susan Sontag e Philippe Artières, é um caminho para o encontro de várias vozes e a legitimação delas no mundo, em uma paráfrase “escrevo, logo existo”, por que ela se mantém ainda tão limitada e, tantas vezes, inalcançável a alguns grupos sociais, com os recortes de classe, gênero, sexualidade e geração?

Porque as tradições são duras pedras no caminhar feminino da autoria literária, porque contar a própria história é não se submeter ao poder hegemônico, é não colocar a sua história/alma em outras mãos; porque escrever sobre si e sobre os seus é resistir às opressões. O filósofo francês Michel Foucault denomina de “modos de subjetivação” os processos a partir dos quais se obtêm a constituição de uma subjetividade, ao contrário dos “modos de sujeição”, que estão impregnados de submissão aos códigos normativos. Assim, a escrita de autoria feminina é um modo de subjetivação, porque inventa novos modos de existência, constituídos de novas relações consigo e com os outros.

A hegemonia masculina na literatura sustenta-se, em grande parte, pela permanência de uma cultura artística gentrificadora e tomada como pertencente aos poucos eleitos. A cultura literária no Brasil, salvo exceções, é branca, masculina e de classe média alta. Este perfil foi traçado com base em dados da pesquisa *A personagem do Romance brasileiro contemporâneo*, desenvolvida sob orientação da professora Regina Dalcastagnè. A pesquisa concentrou-se em 258 romances de autores brasileiros publicados pelas três mais importantes editoras do país à época (Companhia das Letras,

Record e Rocco), em livros cujas primeiras edições estivessem entre os anos de 1990 a 2004.

Segundo Regina Dalcastagnè, a motivação para a pesquisa parte da percepção de que a literatura brasileira não contemplava a variedade de sujeitos da qual a própria sociedade é constituída. Embora o objetivo principal da pesquisa fosse traçar os perfis das personagens, durante o desenvolvimento do estudo, mostrou-se importante conhecer os autores, saber de que lugares partiam esses olhares e construções narrativas. Porque mapear somente as personagens dos romances não era o bastante, seria necessário saber quem eram os autores, “Se negros e pobres apareciam pouco como personagens, como produtores literários eles são quase inexistentes” (2011, p.15). Para Regina Dalcastagnè não há, no campo literário brasileiro, uma pluralidade de perspectivas sociais e, portanto, o leitor não se vê nos romances que lê.

O problema da representatividade, portanto, não se resume à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas peculiaridades. Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala.

No entanto, um dos sentidos de “representar” é, exatamente, falar em nome do outro. Falar por alguém é sempre um ato político, às vezes legítimo, frequentemente autoritário — e o primeiro adjetivo não exclui necessariamente o segundo. Ao se impor um discurso, é comum que a legitimação se dê a partir da justificativa do maior esclarecimento, maior competência, e até maior eficácia social por parte daquele que fala ( 2011, p. 16).

A pesquisa é bastante significativa à medida que diagnostica a pouca diversidade de perspectivas na literatura contemporânea brasileira, que podemos tomar como mais uma questão social a ser discutida. O trabalho detectou que as personagens são em sua maioria brancas, do sexo masculino e das classes médias. Percebeu ainda a repetição de estereótipos como o de mulheres brancas como donas de casa, as negras como empregadas domésticas ou prostitutas e os homens negros como bandidos. Ou seja, a literatura brasileira reproduz os perversos padrões de exclusão da nossa sociedade.

Sobre o recorte de gênero, a pesquisa é bastante taxativa sobre o número de mulheres escritoras no Brasil:

Chama a atenção o fato de que os homens são quase três quartos dos autores publicados: 120 em 165, isto é, 72,7%. Cerca de 70 anos após

Virgínia Woolf publicar sua célebre análise das dificuldades que uma mulher enfrenta para escrever, a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura — ou, ao menos, o romance — continua a ser uma atividade predominantemente masculina. Não é possível dizer se as mulheres escrevem menos ou se têm menos facilidade para publicar nas editoras mais prestigiosas (ou ambos). Há um indício que sugere que a proporção entre escritores homens e mulheres não é exclusividade das maiores editoras. Uma relação de 130 romances brasileiros lançados em 2004, organizada para um prêmio literário, indica apenas 31 títulos escritos por mulheres, isto é, 23,8%. (Dalcastagné, 2011, p.31).

E, como a própria pesquisa previu, quem escreve se escreve. A baixa representatividade da autoria feminina gera um número menor de protagonistas mulheres nas narrativas ou mesmo as mulheres que publicam têm o seu olhar acostumado ao universo masculino:

Há uma diferença significativa entre a produção das escritoras e dos escritores. Só como exemplo, em obras escritas por mulheres, 52% das personagens são do sexo feminino, bem como 64,1% dos protagonistas e 76,6% dos narradores. Para os autores homens, os números não passam de 32,1% de personagens femininas, com 13,8% dos protagonistas e 16% dos narradores. Fica claro que a menor presença das mulheres entre os produtores se reflete na menor visibilidade do sexo feminino nas obras produzidas. (Dalcastagné, 2007, p. 15)

Regina Dalcastagné não trata do recorte temático específico de uma obra, ainda assim serve como indicação sintomática sobre a repetição, na maioria das obras pesquisadas, de um mesmo recorte. Para a professora, são “elementos constantes da literatura praticada no Brasil, nos últimos quinze anos, que revelam os contornos do nosso Campo literário” (2007, p.67). Mas a autora indica que este não é um problema que se restringe à literatura, antes, é um reflexo da nossa estrutura social autoritária e excludente. Se a literatura é liberdade, como Susan Sontag define, temos ainda muitas vozes cativas na literatura brasileira; a feminina é uma delas.

### **5. 1 O feminismo entregou a caneta: autoria feminina (nista)**

No Brasil, para as autoras mulheres, a história da autoria feminina é bastante recente e limitada a determinados perfis de escrita. Novamente há um recorte de raça e classe social..

Uma das razões da escrita de autoria feminina ser pouco conhecida e em volume menor, possivelmente, se deu pelo acesso tardio e bastante restrito das mulheres às

instituições de educação. As mulheres só passam a ter o direito legal de serem educadas em escolas públicas a partir de 1827, ou seja, quando a legislação brasileira autoriza as primeiras instituições públicas específicas ao gênero.

Quando os deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” — aliás o único nível a que as meninas teriam acesso —, afirmaram que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferença curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro — que só seria usufruído pelos professores (Louro, 2000, p. 444);

Antes disso, poucas mulheres eram educadas, somente as de classes mais abastadas, em casa por tutores ou nos conventos do qual saíam para se casarem. São as mulheres oriundas desta educação, muito restrita em oportunidades e campos de conhecimento, que introduzem os primeiros olhares feministas sobre a sociedade brasileira. A respeito da relação feminismo e escrita de autoria feminina, Zahidé Muzart *apud* Duarte afirma:

no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (2003, p. 153).

Mas ter acesso à educação formal não significava imediatamente uma relação equânime ao masculino. Inicialmente, a carreira no magistério nos anos iniciais era aquela que parecia ideal ou a única possível; porque era conciliável com as obrigações domésticas, até o casamento.

Ao ingressarem profissionalmente nas escolas, as mulheres abalam a hierarquia de gênero vigente e alcançam uma relevância social, há pouco impossibilitada. As autoras do artigo **“O Feminismo Transborda”: Docência, Produção Escrita E Atuação Política De Aurea Corrêa Na Cidade Do Rio De Janeiro**, de 2020, também abordam a relação entre a docência e a escrita, uma vez que ao adentrarem o universo da Educação, passam a vislumbrar outras instâncias, como o da literatura, por exemplo. Com artigos

sobre educação, e, muitas dessas mulheres experimentam e se tornam importantes articulistas na imprensa da época, elaboram manuais de ensino e também escrevem poemas e romances.

Um nome que figura entre as primeiras feministas no Brasil é o de Nísia Floresta (1810 —1855). Nascida no Rio Grande do Norte, a educadora e escritora, cujo primeiro livro, **Direitos das mulheres e injustiças dos homens** de 1832, trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, é considerado um texto fundante ao feminismo brasileiro. Neste livro, Nísia Floresta identifica as raízes do patriarcalismo brasileiro como resultado da colonização portuguesa, com padrões culturais que menosprezavam as mulheres e impediam o acesso delas à educação. Acesso que, segundo a escritora, era a possibilidade maior de visibilidade e de ascensão social feminina.

Todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo e não existe mais que nas partes propagadoras da espécie humana; porém, a alma que não concorre senão por sua união com o corpo, obra em tudo da mesma maneira sem atenção ao sexo. Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de quatro anos e um homem de quarenta. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e a das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida. (1989a, p.47).

O livro de Nísia bem como a visibilidade pública dela e a trajetória em defesa da emancipação feminina, inaugura a primeira onda do feminismo no Brasil. Dessa maneira, o feminismo nos chega pela pena de uma escritora. Este é um período em que poucas mulheres escritoras são conhecidas, afinal poucas escrevem em jornais. Compreendendo o cenário em que estava inserida e desejando não ser cerceada da sua voz, Nísia Floresta suaviza o seu discurso e clama pelo reconhecimento das mulheres como seres pensantes, antes de pleitear uma emancipação política.

A segunda onda do feminismo brasileiro irrompe por volta de 1870 e é caracterizado pelo amplo número de jornais e revistas com um conteúdo feminista, ainda que fosse menos literário e mais jornalístico, é um marco importante para a escrita de autoria feminina. Tais publicações traziam informações sobre conquistas femininas ao redor do mundo, tratavam de questões sociais e culturais que possibilitavam às leitoras

refletir sobre a sua condição social e sobre a defesa de direitos como a educação superior.

Enfim, movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, esta imprensa terminou por criar – concretamente – uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer (Duarte, 2003, p. 158).

Além da luta para se estabelecerem como vozes importantes e ganharem espaços nas redações dos jornais, as mulheres do século XIX encontraram no seu caminho obstáculos sociais que as impediam de acessar toda uma sorte de direitos. Havia também a questão da representação literária. Sobre isso:

Mas, além de lutarem pelo seu reconhecimento como escritoras, as mulheres do século XIX deveriam enfrentar também o desafio de se libertarem dos estereótipos com que eram representadas na ficção. Com um papel fundamental na cristalização da sociedade burguesa ascendente, o romance foi um produto cultural de grande poder de socialização, ajudando a definir papéis e regras sociais e condutas morais e éticas, especialmente para a mulher. Nos romances, mulheres envolvidas em lutas políticas, rebeliões, ou quaisquer movimentos que contrariassem as prescrições culturais que lhes definiam o papel social mais adequado, eram devidamente “exempladas”. A prescrição da morte, por exemplo, como resolução narrativa para as personagens que transgrediam os valores consagrados pelas instituições sociais, era recorrente. Exemplos cabais são encontrados não só na produção ficcional dos escritores, como em *Lucíola* (1862), de José de Alencar, mas também em narrativas de autoria feminina, como nos romances *A divorciada* (1902), de Francisca Clotilde, e *Celeste* (1893), de Maria Benedita Bormann (Castanheira, 2010, p. 4).

Possivelmente, para contrariar essa representação estereotipada e limitada da figura feminina nos romances, as escritoras brasileiras sentem a necessidade de se aproximarem da literatura e também publicarem os seus romances, escritos a partir das suas perspectivas. O que nos leva para a terceira onda do feminismo na literatura nacional, a qual Constância Lima Duarte nomeia de “rumo à cidadania”.

O século XX já tem seu início marcado pela organização de mulheres em torno da reivindicação do direito ao voto. Bertha Lutz é um dos nomes que se destacaram na agenda feminista nascente e no engajamento político de igualdade de direitos. Juntamente com Maria Lacerda de Moura e outras companheiras, fundaram a Federação

Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em grande parte dos estados brasileiros e vicejou durante meio século. Este foi um momento pródigo para as escritoras mulheres, que, apoiadas pelos movimentos, pelo acesso maior à educação e aos textos feministas, encontram e se encorajam a expressar suas vozes.

Divergindo das feministas liberais e especialmente de Bertha Lutz, com quem chegou a militar, Maria Lacerda fundou a Federação Internacional Feminina, em 1921, com grupos de São Paulo e de Santos. Sua meta era “canalizar todas as energias femininas dispersas, no sentido da cultura filosófica, sociológica, psicológica, ética, estética — para o advento da sociedade melhor”.

Esclarecida, Maria Lacerda também parece ter sido das poucas mulheres que contestaram publicamente as concepções médicas a respeito da sexualidade e da constituição física feminina. Aliás, as pesquisas realizadas até o presente revelam que poucas escritoras trataram de temas considerados masculinos, com os da sexualidade (RAGO, 2000, p. 600)

Maria Lacerda também inscreve seu nome na história da escrita feminina brasileira entre as mulheres que participaram ativamente da imprensa anarquista, bastante profícua.

A imprensa anarquista é constituída por um número razoável de jornais: *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *a Voz do Trabalhador*, dentre outros. Nesses periódicos, o pesquisador encontra um bom número de mulheres militantes que redigiam artigos, discutiam a questão da emancipação feminina, liam militantes famosas como a russa Emma Goldman, comentavam os acontecimentos nacionais e internacionais, organizavam grupos de estudo e teatro, participavam de comícios e das agitações populares. (Rago, 2000, p.600)

No entanto, há ainda a sombra da tradição e da cultura arraigada na figura masculina; uma revolução é um caminho lento de desconstrução e busca por novos modos de subjetivação.

É apenas a partir do século XX, ou melhor, a partir dos anos trinta, que escritoras começam a fazer parte do elenco canônico dos manuais de literatura brasileira. Além disso, é interessante notar que os livros assinados por mulheres constantes na lista de cânones, quer de prosa, quer de poesia, em sua maioria, procuram trazer temáticas universais. Eles quase sempre seguem as características dominantes da época de seu contexto histórico, permitindo que as vozes de suas autoras fossem diluídas nas vozes masculinas que predominavam, como desde sempre, no cenário literário. Dessa maneira, mesmo em nosso século modernista, o gênero masculino continuou, ainda por algum tempo, como representante e porta-voz do gênero humano (Oliveira e Oliveira, 2010, p. 149).

A quarta onda, definida por Constância Duarte como a da revolução sexual das mulheres brasileiras, acontece nos anos setenta. Embora grande parte das mulheres no planeta estivesse empunhando suas bandeiras de reivindicações feministas pela igualdade de direitos e contra a discriminação sexual, as mulheres brasileiras lutavam pela redemocratização no país. Na agenda do feminismo brasileiro, estava a luta pela anistia, contra a censura, por melhores condições de vida, bem como pelo direito ao prazer e ao aborto legalizado. “O planejamento familiar e o controle de natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas”. (Duarte, 2003, p.165).

Neste momento, outro marco da escrita de autoria feminina se efetiva com a fundação do jornal **Brasil Mulher** (1975) seguido pelo periódico **Nós Mulheres** (1976). Ambas as publicações tratavam de questões polêmicas naquele período, como aborto, mortalidade materna, o mercado de trabalho para as mulheres, dupla jornada feminina, prostituição, questões raciais e, ainda, a presença feminina na literatura, no cinema e no teatro brasileiro. “Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, o primeiro número de *Nós Mulheres* teria sido financiado pela cantora Elis Regina, falecida em 1982, também identificada com o ideário feminista” (Duarte, 2003, p.166).

No campo literário, algumas escritoras manifestavam a sua tomada de posicionamento político, a exemplo de Nélida Piñon, que colaborou com a redação do Manifesto dos 1000 pela democracia brasileira. Mais tarde, Piñon é eleita a primeira mulher presidenta da Academia Brasileira de Letras e, segundo Duarte, somente recentemente a escritora se declarou feminista.

Inúmeras outras escritoras poderiam ser lembradas pela reflexão que seus textos e personagens suscitam nas leitoras, como Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras, muitas outras. (Duarte, 2003, p.167)

É importante pensarmos que, embora o caminho da autoria feminina na literatura brasileira tenha sido árduo, e ainda é, suas conquistas não se restringem aos poucos nomes reconhecidos pela história e conhecidos na educação formal. A obra e as contribuições de muitas escritoras ainda estão em processo de redescoberta e valorização, ainda que póstuma.



Foi com muita dificuldade que os cercos dessa cultura preconceituosa se romperam e as mulheres começaram a publicar seus livros, já em meados do século XVIII. Porém, só mais ao final do século XX foi possível o contato com obras que revelam a intensa participação feminina nas letras nacionais. O trabalho algo arqueológico das pesquisas acadêmicas e de alguns institutos culturais foi determinante, e ainda tem sido, para trazer à luz a valiosa contribuição de escritoras do passado, seja na prosa, na crônica ou na poesia. E hoje, graças a esforços conjugados, pode-se dizer que a reconstrução de uma tradição literária feminina no Brasil já está bem estabelecida, já se sabe que a lista de nomes femininos em nosso passado literário é bastante extensa, embora, em sua grande maioria, esses nomes tenham amargado uma longa permanência na invisibilidade (2010, p. 02).

Esse pequeno histórico sobre literatura e feminismo revela indícios da importância e da simbiose entre a escrita de autoria feminina e o feminismo, visto que um se apoia no outro. O feminismo brasileiro foi inaugurado e divulgado, pela primeira vez, por uma escritora e a escrita feminina, a coragem para a pena e para o público só foi possível porque outras mulheres disseram que era direito feminino o de existir.

É de inegável importância o quanto o acesso à educação também colaborou para essa história de autoria e insubmissão feminina. Porque a expressão escrita ou ecoar a própria voz não é somente natural para todos, mas também um processo de aprendizado, apropriação e identificação. As escritoras personificam e tornam-se representativas dessa subjetivação, por isso também Maria Lacerda de Moura fez história.

## 6 Conclusão

*As mulheres têm outra opção. Elas podem aspirar a ser sábias, e não apenas gentis; a ser competentes, e não apenas úteis; a ser fortes, e não apenas graciosas; a ter ambições para si mesmas, e não apenas para si mesmas com relação a homens e crianças. Elas podem se deixar envelhecer naturalmente e sem vergonha, protestando assim ativamente, desobedecendo-os, contra as convenções nascidas do “dois pesos, duas medidas” da sociedade com relação à idade. Em vez de serem meninas, meninas o máximo de tempo possível, que depois viram mulheres de meia-idade humilhadas, e na sequência velhas obscenas, elas podem se tornar mulheres muito mais cedo e continuar sendo adultas ativas, gozando da longa carreira erótica de que são capazes, por muito mais tempo. As mulheres deveriam permitir aos seus rostos contarem a vida que viveram. As mulheres deveriam dizer a verdade. (Sontag, 1972)*

Quando Maria Lacerda de Moura cruzou o meu caminho, eu não tinha ideia do quanto a sua produção escrita e militância estavam atreladas ao meu tempo. Compartilhávamos algumas especificidades, é verdade, somos mulheres, mineiras, educadoras, feministas. Mas isso não bastava para que a nossa proximidade, mesmo em tempos diversos, se efetivasse. O tempo dela e o meu, embora com muitas diferenças, de alguma forma, nos levaram a refletir sobre um mundo que se entregava a um inimigo que não cessa em nos ameaçar. E isso, sim, era algo definitivamente comum: a percepção de que o silêncio era a convivência.

A minha proposta de pesquisa tinha uma pergunta implícita muito incisiva, ao menos para mim, o que deu errado? Vivíamos novamente sob um governo autoritário, um líder no executivo sem nem ao menos uma aparência de civilidade. Negacionista, homofóbico, racista, misógino, machista, um miliciano que enaltecia as armas e desprezava a vida. Em outubro de 2018, quando mais de 57 milhões de brasileiros elegeram Jair Messias Bolsonaro a pergunta apareceu pela primeira vez e de forma contundente: o que deu errado?

Logo, as primeiras ações de desmantelamento de conquistas sociais históricas, deste nefasto Governo começaram a aparecer. O Ministério da mulher foi substituído pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A verba disponibilizada para as ações de enfrentamento da violência contra a mulher caiu de mais de 100 milhões, em 2020, para pouco mais de 30 milhões, em 2021. Parte das populações originárias,

desamparadas pelo Estado — com o desmonte da FUNAI —, morreu por desnutrição, contaminação de mercúrio — utilizado nos garimpos — e por toda sorte de violência de que são capazes os exploradores. Só em janeiro de 2023, após a divulgação pela imprensa e a visita do presidente Lula, eleito em outubro de 2022, o mundo conheceu a situação desumana na qual os Yanomamis viviam. A Fundação Palmares, criada em 1988, cuja missão é a de preservar e promover as contribuições culturais, históricas, sociais e econômicas da população negra na formação da sociedade brasileira — com a nomeação de um aliado do racismo, que bradava declarações contra a luta antirracista — sofreu com os impactos de cortes no orçamento, assédios morais, exonerações e demissões por motivos ideológicos. Acrescidos às ações institucionais, o comportamento, as declarações e discursos do presidente e de seus ministros que desvalorizavam a ciência, especialmente durante a pandemia, contribuíram fortemente para uma série de intolerâncias públicas; algumas até passíveis de punição sob a lei.

Em 2019, quando entrei em sala de aula pela primeira vez como professora, pude entender as sutilezas que constroem um fascista. São pequenos atos, palavras, ações, que, somadas, se transformam em uma narrativa cuja aderência dependerá de outras trajetórias que, de algum modo, são partilhadas. Por isso, eu também projetava que, com sutilezas, eu poderia intervir em outras construções. Mas mesmo as minúcias, em tempos de agudeza da idolatria e de perseguição, são identificadas e passíveis de punição. Quando uma das minhas primeiras atividades de história foi alvo de reclamação de alguns pais de alunos, temerosos pelo que chamavam de “doutrinação política ou ideológica”, eu tive medo pelo meu emprego, pela insegurança que não queria causar, pelo conflito que poderia se acentuar a cada aula. Em um primeiro momento, pensei que recuar era um caminho de maior conforto. E se eu não introduzisse absolutamente nada que o livro didático não trouxesse? Nenhuma palavra diferente, será que a questão se dissolveria? Não. Eu não era o motivo do medo, não era eu quem provocava o desconforto. Ele já estava lá. O pensamento, a crítica, as mulheres em sala de aula, as historiadoras, biólogas, matemáticas, pedagogas, sociólogas, as vozes agudas que incomodam os tímpanos misóginos. Eu não recuei.

A essa altura eu não conhecia a obra de Maria Lacerda de Moura, só havia lido uma linha com o seu nome, ao lado do de Bertha Lutz, quando escrevia um artigo de final de curso da especialização em Relações de Gênero e Sexualidade. Alguns meses depois,

eu comecei a minha incursão pela sua obra e também pela sua biografia. E embora a sua escrita falasse de um outro tempo ele era assustadoramente análogo ao meu.

Eu queria contar a sua história, mas não queria um lugar de mito para Maria Lacerda, ela também detestaria esse lugar e, na história, isso é pernicioso. Eu queria humanizá-la e trazer a esse tempo o que ela incansavelmente repetiu. Porque é preciso, muitas vezes, dizer a mesma coisa, de diferentes formas, na tentativa de que sejam compreendidos por um maior número de pessoas, é assim que aprendemos a ensinar. Maria Lacerda foi pedagógica.

No projeto dessa dissertação eu pretendia relacionar parte da sua obra escrita com o tempo em que ela a publicou e com este. Planejava colocar o recorte recente do cenário político brasileiro, 2019 — 2022, em uma perspectiva histórica. Em conjunto com a banca de qualificação, entendemos que o trabalho ficaria extenso para um tempo curto e, mais, que a proximidade temporal dificultaria a análise que eu propunha. Hoje, acredito que a perspectiva histórica recente está no trabalho, mesmo que não explicitamente.

No primeiro capítulo, eu quis traçar uma biografia que trouxesse indícios sobre como uma mulher, nascida ao final do século XIX, sem acesso à Universidade, no interior de Minas Gerais, inserida em uma expectativa social limitada à vida doméstica e religiosa, se constituía como intelectual. E, para isso, foi importante recorrer a alguns paradigmas que se instalavam, à época, como o da questão psíquica com relação ao gênero, especialmente. Mas outro importante elemento foi inserido a essa análise, o lugar em que Maria Lacerda viveu a sua infância, adolescência e parte da vida adulta, Barbacena. Durante a minha banca de qualificação a professora Juliana Maddalena fez uma referência a essa especificidade. E eu não poderia deixar de citar a “Barbacena dos manicômios”.

A sociedade mineira, cuja colonização europeia e a socialização de escravizados exerceram forte influência na cultura do estado, também aparece como uma importante contribuição para a compreensão de uma sociedade oficial e almejada, especialmente pela Igreja, e outra real, com as relações extraconjugais, à margem das obrigações moralizantes.

As estruturas de sociabilidade de Maria Lacerda foram cruciais para a sua formação intelectual e militância; no anarquismo, ela encontrou a maior parte das suas

referências. As cartas trocadas, as associações constituídas e, até mesmo, os rompimentos são essenciais para conhecermos particularidades da sua trajetória.

No segundo capítulo, a minha leitura sobre a sua obra é destacada. O Tripé lacerdiano é um recorte que eu estabeleci a partir da minha própria percepção sobre a sua obra. Quais os temas mais recorrentes? Quais são mais emblemáticos para pensar no cenário político em que eles são escritos? Quais também explicam ou, ao menos, insinuam algumas percepções sobre o meu tempo? Quais são os temas que se relacionam com o entendimento da autora sobre educação?

Sua cruzada contra o fascismo, embora se projetasse coletivamente, era governado pelo seu individualismo de pensamento. Maria Lacerda de Moura criticava terminantemente governos totalitários e qualquer ideologia em que o apagamento das subjetividades se estabelecesse. Ela defendia que a consciência individual devia prevalecer sobre todas as outras. Mas, para isso, todos deviam ter acesso aos mesmos direitos, mulheres, ex-escravizados e operários.

A sua contundente e recorrente crítica à interferência da Igreja na educação e no Estado perpassa por grande parte de sua obra; é uma das suas maiores características. Ela conheceu e foi marcada pessoalmente pela educação escolar religiosa. Por isso sabia o quanto era nefasto que a moral, chamada de cristã — mas segundo Lacerda, desvirtuada — se interpusesse ao conhecimento científico nas escolas e às leis, no Estado. O patricapitalismo e o fascismo também são enfatizados e se ligam por meio do que ela chamou de “bestialidade” masculina e, por isso, segundo a autora, as mulheres se sujeitam às guerras, como soldadas ou cuidadoras, na tentativa de se nivelarem aos homens.

No terceiro capítulo, o panorama político em que ela produziu e publicou as suas obras foi essencial para compreendermos o porquê de determinados temas requisitarem tanto do seu tempo e da sua escrita. Inicialmente, a ideia era uma leitura do Tripé Lacerdiano no Estado Novo. Mas entendo que a escalada de autoritarismo se manifestou nos quinze anos de governo Vargas e, por isso, a opção por uma leitura diluída nos três governos. No último deles, inclusive, o denominado Estado Novo, não há nenhuma publicação de Maria Lacerda de Moura, no Brasil, que não seja apenas técnica. E isso é muito significativo.

A participação dos militares nos três governos varguistas, desde a sua instalação até os levantes na tentativa de derrubá-los, é sintomática para compreendermos a batalha antibélica de Maria Lacerda. Assim como a influência do crescimento dos movimentos fascistas pelo mundo.

No quarto capítulo, a escrita feminina, como possibilitadora de existir historicamente em um mundo predominantemente masculino, propus-me a pensar o mundo a partir de outras vozes. A partir da escrita, inclusive a literária, a mulher se estabelece como esse incômodo em um mundo instituído e assegurado, pelo patriarcado, como uníssono. Foi esse o incômodo produzido pela minha atividade em sala de aula, era uma outra voz que emergia.

Minha dissertação não é uma resposta, mas uma pergunta contrária ao que me levou ao projeto; o que deu certo?

Quando Maria Lacerda de Moura escreve, ela interpela o mundo a partir de outra perspectiva, ela abala, ela coloca em xeque a consolidação de algo, que se questionado, passa a ser visto como precário e temporário. Deu certo. Ela não se manteve silenciosa, não foi conivente.

Não deu errado. A história vive em um solo de instabilidades, e isso é a única estabilidade possível.

Sei que é longo ser mulher, agora eu sei. Não porque o meu gênero não é completo, mas porque a ele a história foi negada por muito tempo. Por isso eu demoro tanto, porque volto para pegar o que eu não posso abandonar mais.

## Referências bibliográficas

Arbex, Daniela. **Holocausto brasileiro** – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 02 Ago. 2023.

A MANHÃ, Rio de Janeiro, ano IV, Ed. n.890, 03 nov.1928, p.1. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pagfis=6449> > acesso em 03 de abril 2023.

CARDOZO, Francielle da Silva et al. **Mudanças nas dinâmicas espaciais e temporais da urbanização no município de Barbacena (MG) para o período de 1985 – 2018**. Espaço & Geografia, vol.24, n.1 (2021)

CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória. **Cadernos 8**, 2010.

CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE BARBACENA < <https://www.fhemig.mg.gov.br/atendimento/complexo-hospitalar-de-barbacena/centro-hospitalar-psiquiatico-de-barbacena>> acesso em 27 de junho 2023.

CORREIO DA MANHÃ (RJ) Ano 1925\Edição 09444 (1). Biblioteca Nacional Digital Brasil. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&Pesq=%22Feminino%22&pagfis=23056](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&Pesq=%22Feminino%22&pagfis=23056)> acesso em 21 de ag. 2022.

COSTA, Ana Alice Alcântra. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Teorias e Práxis feministas na academia** - Os Núcleos de Estudos Sobre a Mulher Nas Universidades Brasileiras. Estudos Feministas, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, pp. 387–400. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24327184>>. Acesso em 14 mar. 2022.

COSTA, Nailda Marinho e MARTINS, Ângela Maria Souza. **Movimento Feminista e Educação**: cartas de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz (1920 - 1922) Revista Contemporânea de Educação, vol. 11, n. 21, jan/jul de 2016.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo.: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, p. 13-71, 14 jan. 2011.

DACASTAGNÈ, Regina. Imagens da Mulher na narrativa brasileira. O eixo e a roda: v. 15, 2007.

DACASTAGNÈ, Regina - “Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea”. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, no 20. Brasília, julho/agosto de 2002, pp. 33-87.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003.

DIAS, Mabel. **Mulheres Anarquistas: O Resgate de uma História Pouco Contada**. Imprensa Marginal. São Paulo/ SP. 2002

DIAS, Juliana Maddalena Trifilio. **Lugar geopsíquico : contribuições da psicanálise para uma epistemologia da geografia** – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. *In*: PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2000. p.322 – 359.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. *In*: PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2000. p.141 – 187.

FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade** – o Governo de Si e dos Outros // Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

HOBSBAWN, EricJ. **Era dos Extremos: o breve século XX:1 914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOURDAN, Camila. Feminismo, educação libertária e antifascismo no pensamento de Maria Lacerda de Moura. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, V. 6, N. 10, 2020, p. 31-42. ISSN: 2526-6187 Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-educacaolibertaria-e-antifascismo-no-pensamento-de-maria-lacerda-de-moura/>>. Acesso em: 20 fev. 2021

LAMOUNIER, Aden Assunção. José Oiticica e a continuação da militância libertária em 1919 logo após a volta de seu desterro em Alagoas: a resistência anarquista frente às políticas oficiais. **XIX Encontro de História da Anpuh** — Rio. Setembro de 2020. Disponível em: <[https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601405770\\_ARQUIVO\\_071e6bcc64e3aa9ed84d7a4e0301cff8.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601405770_ARQUIVO_071e6bcc64e3aa9ed84d7a4e0301cff8.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2005.



LESSA, Patrícia. **Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2000. p.443 – 481.

MARI, C. L.. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. *In*: LEITE, Domingos (org.). **Trabalho e Formação Humana: o papel dos intelectuais e da educação**. Curitiba: UFTPR, 2011, p. 65-84.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**. CAEDU/UFPI Teresina, Brasil, v. 1, n. 2, p. 141-158, maio/agosto de 2019.

MENDES, S. C. (2018). **As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências**. Revista Espaço Acadêmico, 18(210), 63-75. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44548>.

MOURA, Maria Lacerda de. **Amai...e não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

MOURA, Maria Lacerda. **Carta à Fabio Luz**, Barbacena, 18 nov. 1920. Cartas de Arquivo – 2 ed. Fundo Fabio Luz – PN.0.0.151, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimasnoticias/930-cartas-de-arquivo-2-edicao>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

MOURA, Maria Lacerda de. **Civilização tronco de escravos**. São Paulo. 2. Ed. Entremares, 2020.

MOURA, Maria Lacerda de, **1887- 1945. Ferrer, o Clero Romano e a educação laica / Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2021.

FLORESTA, N. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989a.

OLIVEIRA, Luciana Santos de. OLIVEIRA, Luciano Amaral. **O silenciamento literário das mulheres brasileiras**. Ano 5, v. 10, p. 145-156, jan-jun de 2010.

OLIVEIRA, Salete. PASSETTI, Edson (orgs). **Terrorismos**. São Paulo. Editora EDUC, 2006.

RAGO, Margareth. Maria Lacerda de Moura, uma parreasista no Brasil. *In*: MOURA, **Maria Lacerda de. A Mulher é uma Degenerada**. 4 ed.. São Paulo. Tenda Livros, 2018.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera, 25 anos depois...**Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 319-334, 5 maio 2020.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, Gênero e História**. Disponível em: [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf). Acesso em 06 de março de 2022.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *In*: Dossiê, Biopolítica e governamentalidade em Saúde. **Interface**. Fev 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ccCCbt4pcXx4CTWhX8JnBmc/?lang=pt>. Acesso em 02 de março, 2022.

RAGO, Luzia Margareth. **A Aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. *In*: PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2000. p.578 – 606.

RIZZINI, I.; DE SCHUELER, A. F. M. “o feminismo transborda”: docência, produção escrita e atuação política de aurea corrêa na cidade do rio de janeiro. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 38, p. 42-65, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i38.5987. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5987>. Acesso em: 25 de julho. 2023.

SONTAG, Susan. **Ao mesmo tempo**. Companhia das letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. . São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: **Por uma história política**. Remond, R. (org.). Rio de Janeiro Editora FGV, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty., 1942 – **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARGA, Luiz Roberto P. et al. **Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro: a experiência do Partido Republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República**. XXXII Encontro Nacional de Economia-ANPEC, João Pessoa. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café-com-leite”. **Anuário IEHS**, v. 16, p. 73-90, 2001.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo. Tordesilhas, 2014.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas** L&PM Pocket, Porto Alegre, 2016.

Anexo I (Jornal A Manhã, publicado em 03 de novembro de 1928)



ANEXO IV-17, 1928

A Manhã

Director-Redactor-Chefe, A GRIPINO NAZARETH
Director-Thezourario, ABEL DE ALMEIDA - Secretario ALBERTO NUNES - Gerente, SYLVIO LEAL DA COSTA
PROPRIEDADE DA SOCIEDADE ANONYMA "A MANHÃ"

N.º 3-11-293



A PENNA QUE PROVOCA TEMPESTADES...

No seu retiro de Guararema, recebe Maria Lacerda de Moura a visita de um representante da "A Manhã" e firma o compromisso da colaboração que será iniciada, domingo

Maria Lacerda de Moura, cultiva a vida de Guararema... Como vive a grande inspiradora da nova cruzada academica...

Como vive a grande inspiradora da nova cruzada academica contra o imperialismo fascista em prol da nossa soberania-O apparecimento da "plaquette" "De Amundsen a Del Prete" A vinda de D'Annunzio ao Brasil, a visita da neta de Annita Garibaldi e o hydro-avião e a metralhadora do capitão Batelli - Contra "a tyrannia epileptica que ameaça todo o genero humano com uma nova era medieval"

servicos, revolta-me o imperialismo que essa tyrannia epileptica ameaça a todo o genero humano com uma nova era medieval...

Nesta republica fundada pelos positivistas

Os vivos são cada vez menos governados pelos mortos...



O tumulto de Nilo Peanha

O tumulto acalma encerra os restos mortuos de Nilo Peanha...

Washington, por lá não apparece...

SHURMAN FALOU, EM NOVA YORK, SOBRE AS RELAÇÕES TEUTO-AMERICANAS

Dizendo que seria difficil encontrar-se, hoje, um povo mais pacifico e mais entusiasta da paz do que o alemão

NOVA YORK (2 A. B.)

O estadista dos Estados Unidos em Berlin...

Os novos estudantes, a principio no Rio de Janeiro...

O empastamento de "O Picolo"...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

Maria Lacerda de Moura...

que digo, do que faço, mas tanto...

Com ampla liberdade de pensar...

Acho que o ultimo comocimento...

é mais facil equilibrar assim...

A vos de Maria Lacerda de Moura...

que me batia até vem "pouco depois...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

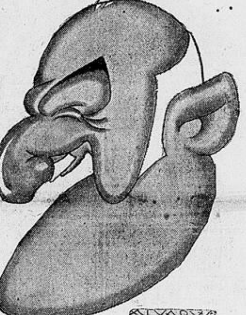
Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Mais uma vez o Sr. Villaboim falou...



O Sr. Villaboim, que mais uma vez prometteu o agravo de favelas...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

Que entrará para acontecer...

No dia sagrado da commemoracão dos mortos



O movimento hontem nas varias necropoles da cidade

Flores em profusão, muitas lagrimas e preces



O movimento hontem nas varias necropoles da cidade

Flores em profusão, muitas lagrimas e preces



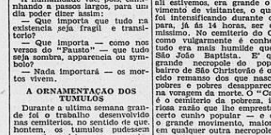
O movimento hontem nas varias necropoles da cidade

Flores em profusão, muitas lagrimas e preces



Um artistico tumulto da necropole de S. João Baptista

Como vive a grande inspiradora...



Um artistico tumulto da necropole de S. João Baptista

Como vive a grande inspiradora...



Um artistico tumulto da necropole de S. João Baptista

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

Como vive a grande inspiradora...

ILEGÍVEL.